

ATA N.º 21/2017

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2017:

No dia oito de novembro de dois mil e dezassete, pelas quinze horas e seis minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e José Calado Gertrudes.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Aceitação de doações - Ratificação

PONTO 2 – Representação Institucional

PONTO 3 – Preço de venda de publicação «A PIDE em Pinhal Novo – Para que a memória não esmoreça» - Ratificação

PONTO 4 – Concessão de apoio financeiro nos termos do Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação – FIMOC

Requerente: Ana Margarida Alves Pinhão. Proc.º FIMOC – 2303/2017. Local: Rua Hermenegildo Capelo, nº 163-165, em Palmela

PONTO 5 – Ciclo anual de revisão tarifária 2018 – Serviços de Águas e de Resíduos

PONTO 6 – Selagem de ascensores - Ratificação

PONTO 7 – Eleição do Conselho de Gestão da Palmela Desporto, E.M. – Indicação do sentido de voto do Município

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Saudação** (Escola Desportiva de Karaté do Clube Desportivo Pinhalnovense) – dos/a Eleitos/a da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Aos 80 anos da Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela) – dos/a Eleitos/a do PS.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** passa à apresentação da Saudação:

. **Saudação** (Escola Desportiva de Karaté do Clube Desportivo Pinhalnovense)

"Atletas da Escola Desportiva de Karaté do Clube Desportivo Pinhalnovense sagraram-se Campeões Mundiais de Estilo, no XIX Campeonato Mundial FSKA (Funakoshi Shotokan Karate Association), que decorreu em Crawley, Inglaterra, no final de outubro.

Foram sete, os atletas do Pinhalnovense que integraram a Seleção Nacional KPS (Associação Karaté-do Portugal Shotokan) que participou na referida competição, evento que contou com cerca de 600 atletas de todos os escalões etários, em representação de 20 países.

Reunida a 8 de novembro de 2017, na Biblioteca Municipal de Palmela, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** o Clube Desportivo Pinhalnovense e os seus atletas, que competiram ao mais alto nível e se sagraram campeões, projetando o nosso país e o nosso concelho e faz votos de continuação dos bons resultados desportivos."

Sobre a Saudação (Escola Desportiva de Karaté do Clube Desportivo Pinhalnovense) intervém:

O **Sr. Vereador José Calado** refere que é presidente do Pinhalnovense e congratula-se com este resultado obtido pelos atletas. Chama a atenção para o facto de o Pinhalnovense não ser só futebol, por isso pede atenção em relação à ajuda que a câmara tem prestado ao Pinhalnovense.

Aprovada, por unanimidade, a Saudação apresentada. Aprovado em minuta.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** passa à apresentação da Saudação:

. **Saudação** (Aos 80 anos da Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela)

"A Associação Humanitária de Bombeiros de Palmela formada há 80 anos, 1937, por um conjunto de cidadãos de Palmela que colocaram ao serviço da população um corpo de Bombeiros que ao longo destes anos têm orgulhado a sua farda com espírito de grupo, de solidariedade, de humanismo, de cidadania e de enorme entrega voluntária na defesa das pessoas e dos seus bens.

A Associação Humanitária de Bombeiros de Palmela, formada por homens e mulheres desde os mais novos aos mais antigos membros representa um corpo voluntário com forte capacidade de ação e de esforço nas diferentes missões a que são chamados a intervir sempre de forma heroica, com sua coragem e altruísmo, sabendo o risco em que colocam as suas vidas.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida na Biblioteca Municipal de Palmela em sessão ordinária no dia 8 de novembro **saúda** todos os bombeiros da Associação Humanitária de Bombeiros de Palmela, os corpos dirigentes e a suas famílias pelo seu esforço, dedicação e competência numa das missões mais nobre numa cidadania responsável e solidária.”

Sobre a Saudação (Aos 80 anos da Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela) intervém:

O **Sr. Presidente** refere que é a Associação mais antiga de Bombeiros do Concelho de Palmela. Por ocasião deste aniversário e das comemorações que se vão desenrolar ao longo de Novembro (tem já no próximo dia 12 a sessão solene), o município tem estado, naturalmente, a apoiar.

Aprovada, por unanimidade, a Saudação apresentada. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **2.ª Fase da Ecopista de Pinhal Novo** – O **Sr. Presidente** refere que está a ser lançado esta semana, o concurso público para a empreitada de execução da 2ª fase da ecopista de Pinhal Novo. Esta obra vai levar a ecopista até ao limite do Concelho de Palmela, numa extensão de 2 quilómetros, um preço base de cerca de 380.000,00€ já com o IVA incluído. Esta 2ª fase da ecopista inicia-se onde a atual termina e estende-se até a interseção com o caminho 1024 na fronteira com o Concelho do Montijo. A ecopista desenvolve-se, como é sabido, na antiga plataforma do caminho-de-ferro, inclui as travessias de uso misto para acesso a propriedades, algum mobiliário urbano, a poda e recuperação de copas de sobreiros existentes, plantações de freixos e iluminação pública. A obra insere-se num projeto mais vasto denominado CICLOP7, que consiste numa rede de ciclovias e corredores cicláveis, cuja candidatura no quadro do Portugal 2020 foi aprovada. E tem até inter-relação com municípios vizinhos, daí o nome da candidatura ser CICLOP 7, porque diz respeito a vários municípios da península de Setúbal. Neste momento, adianta que está também, em desenvolvimento (estão a ser feitas algumas remodelações) o projeto para a ciclovia de Quinta do Anjo que também integra o CICLOP7 e que constituirá uma outra fase, que oportunamente será trazido à reunião de Câmara o anúncio também da abertura do procedimento para concurso.

• **Lançamento de concurso público para a empreitada HUB10** – O **Sr. Presidente** refere que uma outra obra importantíssima para o concelho e numa zona, onde de facto, as

acessibilidades têm vindo a ser muito reclamadas, diz respeito ao HUB10 lançamento do concurso público para a empreitada. Foi aprovado o lançamento do concurso público para esta empreitada esta semana. HUB10 é a designação de uma candidatura mais vasta, também intermunicipal, que significa plataforma humanizada de conexão territorial. O motivo da candidatura tem que ver com as acessibilidades, mobilidade e distribuição entre várias plataformas de transportes; desde a estação da Penalva, os eixos de ligação à nacional 10 (daí o nome de HUB10). Envolve os municípios de Sesimbra, Setúbal, Barreiro, Palmela e até Seixal (um pouco mais distante, mas também está na mesma candidatura). Trata-se, de facto, de uma intervenção de fundo. No troço norte da estrada dos 4 castelos, pelo topónimo na estrada de Vila Amélia (vulgarmente conhecido por entrada da zona de Penalva) e a chamada rotunda da Makro, como as pessoas designam (passa a publicidade). Este projeto vai valorizar a área de Vila Amélia, melhorar a mobilidade nesta zona poente do concelho em matéria de segurança, mas também de sustentabilidade ambiental, conforto e fluidez do tráfego.

A empreitada tem um preço base de cerca de 590.000,00€ mais IVA. Consiste na execução de uma grande rotunda na interseção com a Rua dos Fazendeiros, que vem do Barreiro, na zona de Penalva e que vai implicar expropriações, deslocalização de postos de transformação, etc. - é de facto um grande interface e uma grande interceção giratória.

A requalificação do troço de estrada referida, numa extensão de 1 quilómetro 40 metros, com a construção em paralelo de uma ciclovia, de um corredor pedonal e ciclável, uma ciclovia segregada, com o respectivo equipamento urbano.

Pretende-se orientar o tráfego, discipliná-lo. Volta a referir que estes 3 municípios, pelo menos, que estão nesta zona da interseção Setúbal, Sesimbra e Palmela, viram esta candidatura também aprovada no âmbito do Portugal 2020 para esta requalificação intermunicipal, articulando meios de transporte, procurando também com esta possibilidade da ciclovia, mas também com um conjunto de zonas de espera e de espaços para autocarros, é também uma forma de combater o uso do transporte individual e permitir outra mobilidade mais sustentável e que contribua para a redução das emissões de CO 2.

● **Acessibilidades melhoradas no Castelo de Palmela – O Sr. Presidente** refere que, ao contrário das empreitadas anteriores, esta acabou de ser aprovada, não está ainda em concurso. Trata-se da aprovação, no dia 30 de Outubro, de mais uma candidatura que o Município de Palmela apresentou no âmbito do Portugal 2020 denominada CAFA - Castelos e Fortalezas da Arrábida Castelo de Palmela, que visa a requalificação e valorização patrimonial do monumento, mas com uma intervenção muito específica no que diz respeito às acessibilidades para públicos como mobilidade reduzida. O investimento ultrapassa ligeiramente os 300.000,00€ e é cofinanciado a 50% pelo FEDER, inclui a abolição de barreiras arquitetónicas com uma ligação mais harmoniosa e facilitada da Igreja de Santiago até à Praça

de Armas, com uma intervenção que atende às necessidades especiais de mobilidade ao nível do estacionamento, pavimento e acessos a espaços interiores e exteriores, áreas mobilizadas e áreas de descanso. Esta ação está integrada na candidatura mais vasta chamada PRARRÁBIDA - Plano de Ação para a Conservação Valorização e Promoção do Património Histórico e Cultural da Arrábida; que integra, aliás, vários projetos municipais e intermunicipais, mas este tem esta vocação específica da questão das acessibilidades no Castelo que é um desígnio há muito perseguido.

• **Semana da floresta autóctone assinalada em Palmela – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que o município vai assinalar, uma vez mais, a semana da floresta autóctone com algumas iniciativas que visam chamar a atenção para a importância de se manter a diversidade das espécies e a defesa dos espécimes naturais na região, para o equilíbrio dos ecossistemas. Assim, entre os dias 20 e 24 de novembro vão ser feitas plantações para reposição de exemplares em espaços públicos do concelho, com a participação de alunos do ensino básico e moradores. No dia 25 será feita uma visita pedagógica de acompanhamento à Horta comunitária de Quinta do Anjo. No dia 26 realiza-se a caminhada “Floresta Autóctone” - trata-se de uma caminhada no Parque Natural da Arrábida, que este ano tem uma particularidade, que é disponibilizar kits para montagem de abrigos de aves aos participantes, para colocação durante o percurso. Pretende-se assim sensibilizar para a importância das aves, para a proteção da floresta autóctone, como no caso, por exemplo do chapim que é protagonista no controlo da lagarta do pinheiro.

Quase um ¼ (portanto 22%) da área do concelho de Palmela e em concreto 61 quilómetros quadrados, está classificada como área florestal no que constitui uma importante riqueza natural que o município aposta em preservar e valorizar.

• **Implementação do módulo SIBS (referências multibanco) na aplicação de gestão de Urbanismo (OBP) – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que a Câmara Municipal de Palmela tem disponível desde o dia 2 de novembro, a modalidade de pagamento de taxas, tarifas relativas, a operações urbanísticas via referências do Multibanco SIBS. É uma das medidas associadas à desmaterialização de processos e simplificação administrativa, um dos objetivos do mandato. Modalidade cada vez mais utilizada e consonante com a dinamização, incremento das comunicações e submissões eletrónicas, no âmbito dos serviços online, esta medida para pagamento de pretensões urbanísticas, insere em si a vantagem de permitir a disponibilização de referências multibanco no momento da sua liquidação, e também na hora em atendimento presencial, evitando deslocações e ações a encetar pelo cidadão ou pela cidadã e responde a uma justa aspiração dos cidadãos e das cidadãs.

Para além das vantagens ora referenciadas, acrescem também outras, com impacto na vida dos munícipes e bem assim na gestão interna dos serviços tais como: a simplificação no pagamento das pretensões urbanísticas, maior qualidade na prestação do serviço público e aumento da eficiência e eficácia na gestão dos pagamentos pelos serviços intervenientes - a gestão urbanística, o atendimento e a divisão financeira e aprovisionamento.

• **“Chama da solidariedade 2017-2018”** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que no próximo dia 10 de Novembro, pelas 10h30, no Largo de São João, o Município irá receber a “chama da solidariedade”, vinda do município de Almada, pela mão da AIPICA - Associação de Iniciativas Populares para a Infância do Concelho de Almada; a qual permanecerá no concelho, passando por várias IPSS nas diferentes freguesias, até ao dia 7 de Dezembro. A “chama da solidariedade” representa os valores de cooperação, da entreaajuda e pretende afirmar o papel das instituições sociais numa missiva que percorre todos os concelhos do distrito de Setúbal, envolvendo as instituições sociais e as comunidades. No dia 10 de novembro, a cerimónia contará com a presença da Câmara Municipal de Palmela e de várias IPSS do concelho. Inclui momentos de animação musical trazidos pela Fundação COI pela APPACDM, num ambiente que se deseja de convívio, de animação e de celebração da solidariedade. Esta iniciativa gratuita e aberta a toda a comunidade é promovida pela Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e pela União Distrital das IPSS de Setúbal, e conta com o apoio e participação das redes sociais, das autarquias e de outras instituições sociais, bem como de entidades privadas.

• **Tertúlia “Desigualdades em Portugal, o papel das políticas públicas”** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que irá decorrer no próximo dia 11 de novembro, sábado, pelas 17 horas a Tertúlia “Desigualdades em Portugal, o papel das políticas públicas”. Esta iniciativa é promovida pela Inovar Autismo - Associação para a cidadania e inclusão. Integra-se no plano de atividades de 2017, sendo esta a primeira de um conjunto de tertúlias relativas a temas socialmente relevantes. A iniciativa conta com a presença do Secretário de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, Dr.ª Ana Sofia Antunes, e com a presença do professor Dr. Luís Capucha, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Pretendendo recriar o ambiente de tertúlia clássico da cultura urbana dos séculos XIX e XX, esta participação, esta conversa, terá um carácter informal e permitirá, ainda, de degustar produtos da região.

• **Sénior + Ativo “Saber Comprar”** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que teve início em outubro este programa Sénior + Ativo “Saber Comprar”, numa parceria do município com a DECO e Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho, com valência de centro de dia. A aplicação prática deste programa que pretende ajudar a população sénior a conhecer e exercer melhor os seus direitos e deveres e a fazer escolhas de consumo mais informadas,

consiste na realização de sessões de informação, temáticas mensais, em cada uma das IPSS participantes. Em novembro, o alerta é para as práticas de vendas enganosas e agressivas. Serviços financeiros, serviços públicos essenciais, serviços de apoio doméstico, viagens, saúde e bem-estar, são mais alguns dos temas a abordar até Abril num total de 77 sessões. Além dos utentes e das utentes das IPSS, a participação naturalmente é aberta a toda a comunidade.

• **Festival ExpressArte – XVIII Encontro de Expressões Artísticas – O Sr. Vereador Adilo Costa** refere que o Festival ExpressArte – XVIII Encontro de Expressões Artísticas é uma iniciativa organizada pela CAJ - Clube de Animação Jovem da APPACDM e que conta já com a 18ª edição. Esta iniciativa junta anualmente em palco de grupos de teatro, de dança e de música de várias associações congéneres, mas também de outros grupos profissionais e amadores da região, que utilizam as artes com fins terapêuticos, de inversão e inclusão social, privilegiando também a troca de experiências.

Este evento pretende levar cada vez mais longe e a mais pessoas o trabalho das associações que apoiam as pessoas portadoras de deficiência. No concelho de Palmela este evento constitui já uma iniciativa anual proposta este ano pela 13ª vez consecutiva. Saliente-se que este festival consubstancia-se como um evento de elevado interesse social pelo município, atendendo aos resultados atingidos, quer no que respeita à participação de grupos de teatro, como também pela qualidade do trabalho dos grupos de animação que têm vindo a ser criados dentro da própria APPACDM. Este ano as iniciativas decorrerão de 10 de novembro a 7 de dezembro; sendo que, no concelho de Palmela, estão previstas iniciativas no dia 18, o encontro de Ranchos do Grupo Desportivo de Lagoa da Palha, no dia 20 um espetáculo no Cineteatro São João em Palmela, no dia 21 o espetáculo no Auditório Municipal de Pinhal Novo e finalmente no dia 28, o espetáculo no Auditório do Centro Cultural do Poceirão. Estes espetáculos são gratuitos e dirigidos à população geral.

• **Fornecimento de refeições transportadas – O Sr. Vereador Adilo Costa** refere que uma informação que já foi distribuída, em termos de comunicado, na passada segunda-feira dia 6, à comunicação social e que tem a ver com a quebra, a falha, no fornecimento de refeições transportadas às escolas. O município de Palmela celebrou um concurso público internacional com a empresa Empresas UNISELF para fornecimento de refeições às crianças dos 24 estabelecimentos de educação, de pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico da rede pública.

Logo de início, notou-se que havia incumprimentos pontuais: alterações na ementa sem qualquer autorização prévia e sobretudo, atrasos na entrega das refeições transportadas e nos equipamentos de banho-maria que são aquilo que mantém a temperatura legal dos alimentos; bem como se notou a falta de garantia do fornecimento de refeições de emergência.

Toda esta situação tem sido devidamente acompanhada pela autarquia. São feitos contatos diários e reuniões mensais com a empresa, com os agrupamentos de escolas e com informações detalhadas de parte, sobretudo das auxiliares (são elas em 1ª linha que dão as informações sobre aquilo que está bem ou que está mal no fornecimento de refeições escolares). Todos estes incidentes deram origem que no passado dia 11 de Outubro tivesse havido uma reunião mais forte com a direção regional da UNISELF para colmatar as incompatibilidades, as incorreções que tinham sido detectadas. No decorrer também dessa verificação foi aplicado um procedimento para aplicação de coimas. Todavia, no passado dia 2 de Novembro, a maioria dos casos que foram detectados na alimentação dos meninos foi indicada pelas auxiliares. Normalmente por volta das 11:45 ou meio-dia as refeições devem chegar às escolas e a partir daí, com falta das refeições transportadas começou a haver, por parte das auxiliares, uma ligação à divisão de educação a alertar para que alguma coisa estava a correr mal. De imediato, a autarquia contactou com setor da UNISELF onde têm os fornos, neste caso onde o apoio é dado na Escola Secundária de Pinhal Novo e infelizmente houve um silêncio profundo, falta de resposta, falta de atendimento em relação ao que se estava a passar. Só muito mais tarde, pouco antes das 13 horas talvez, é que na impossibilidade de falar com o responsável operacional por parte UNISELF, foi contactado o diretor de divisão para encetarem mecanismos de poderem ultrapassar este problema. A falta de resposta da UNISELF significava que esta queria colmatar o problema à sua maneira, sem haver esta ligação que é fundamental à autarquia e às escolas. Resolveram o problema mal porque, tal como foi reportado pela comunicação social, o prato que foi fornecido em algumas das escolas (que não foi em todas, visto que felizmente algumas tinham refeições de emergência que já vinham da anterior empresa de fornecimento de alimentação) não veio em condições. Tem que haver conforme o caderno de encargos, uma refeição de emergência para colmatar, fora do período, este problema. Isto deu origem a pratos com excesso ou falta de cozedura. É incompreensível, que tenha saído da Escola Secundária de Pinhal Novo, refeições nestas condições. Segundo a UNISELF houve uma avaria no forno da cozinha e, portanto, fizeram com que as refeições transportadas tivessem os primeiros tabuleiros queimados (com cheiro e sabor) e que a comida dos segundos não tivesse sido penalizada num dos fornos. Realça mais uma vez que a informação veio das auxiliares de ação educativa.

Ainda assim, o mecanismo da Câmara funcionou. Foi a incapacidade de resposta sobre o que se estava a passar, que deu origem depois a este problema. Face a isto, que é grave naturalmente, a autarquia marcou de imediato uma reunião, que ocorreu ontem com o Sr. Presidente da administração da UNISELF e veio também o diretor de divisão até para fazer a interface sobre aquilo que, de facto, aconteceu em termos locais. Ao reconhecimento que a empresa cometeu estes erros, que são grosseiros, não cumpriu os procedimentos previstos no caderno de encargos; não só a falta da refeição de emergência (que é obrigatória) e que, neste momento, já está distribuída em todas as escolas, como grande falta de comunicação num caso

de emergência. O município aproveitou a reunião com a administração para abordar problemas que já tinham sido detectados:

- Incumprimento do projeto piloto na Escola Básica António Santos Jorge , que tem a ver com o fornecimento de produtos hortícolas de produtores locais, cumprindo o pacto de Milão;
- A não entrega de mapas diários de refeições ou o não o registo diário do funcionamento do refeitório, o que não permite, portanto, fazer a monitorização adequada sobre qualquer inconformidade;
- Questões também relacionadas com o HACCP que foram detectadas e que são obrigados a cumprir (falhas de registos e controlos)
- A questão de transporte térmico das caixas e do banho-maria que não estava a ser adequado e que a administração garantiu que imediatamente iria adequar;
- De alterações de ementas que foram também detectadas;
- A refeição de recurso para uma emergência;
- O cumprimento de um conjunto de planos que que estão obrigados;
- A introdução de produtos não autorizados na respetiva percentagem presente no caderno de encargos;

É evidente que isto vai dar origem à aplicação de coimas A Divisão de Educação irá enviar para a Divisão de Finanças e Aprovisionamento, para aplicar as respetivas coimas, a empresa sabe disso. Garante que foi um episódio único e no que diz respeito ao mais grave, que é a refeição de emergência, nunca poderia ter acontecido. Admite que por haver mudança de uma empresa por outra há a questão da adaptação, mas isto não é só de adaptação, é o não cumprimento reiterado de um conjunto de dados e que a cadeia de comando entre os responsáveis locais e a administração algo falhou e que não pode falhar naturalmente.

A autarquia está atenta e, o contrário daquilo que vem na comunicação social, clarifica que não há aqui nenhum desleixo por parte da autarquia. Os principais alertas vieram através das próprias auxiliares e que criou uma cadeia que depois não teve correspondência no imediato.

• **“Sons do vinho” em destaque nos voos TAP (Transportes Aéreos Portugueses) – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que os concertos “Sons do Vinho” a decorrer nas adegas da região até ao final do mês, estão em destaque nos voos da companhia TAP, abrangendo cerca de 200 mil passageiros de todo o mundo, que se deslocam para Portugal através desta companhia aérea.

Esta ação promocional consiste num spot vídeo transmitido na rubrica "Events you can't miss" (em português: eventos que não pode perder) e trata-se de uma divulgação de eventos de âmbito cultural e turístico, e nos voos de longo curso da TAP.

A responsabilidade é a da promotora Lua filmes na sequência de uma parceria, foi estabelecida com o município que se iniciou com um vídeo promocional sobre Palmela na coleção "Portugal em 150 segundos" e que permitiu também usufruir de vários canais de comunicação digitais, que têm dezenas de milhares de seguidores.

Por último, refere que concertos "Sons do Vinho" são uma iniciativa dinamizada pela Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal em parceria com a Câmara Municipal de Palmela e com as adegas do concelho e da região. Considera que esta é uma iniciativa que tem um forte potencial de atratividade para o público internacional e que combina, para além de visitas guiadas às adegas com um concerto em formato intimista, também provas de vinhos e degustação de vinhos regionais.

• **20.ª Edição da(s) semana(s) da dança, em Palmela – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que está a decorrer até ao início de dezembro, a 20ª edição da(s) semana(s) da Dança, uma iniciativa da Passos e Compassos, companhia residente do Cineteatro São João, em parceria com a Câmara Municipal. A semana da dança tem vindo a crescer, apresenta-se atualmente com um vasto programa que abrange perto de um mês com atividades em todo o concelho, para todos os gostos. Uma aposta forte na divulgação da dança e também na captação de novos públicos. Há uma diversidade de iniciativas que se desenvolvem ao longo destas semanas: desde aulas abertas, dança, residências artísticas, bailes, ações dirigidas à comunidade educativa e vários espetáculos. Este fim-de-semana, nos dias 11 e 12 a companhia anfitriã vai apresentar no Cineteatro São João a sua nova produção "Se...mentes", que integra o ciclo de criação "Eira" e contará com a participação da comunidade. No total serão 17 iniciativas a realizar ao longo destas semanas.

• **Fórum de Empreendedorismo – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que o Fórum de Empreendedorismo decorre precisamente no dia de hoje, no Espaço Fortuna- Arte & Ofícios, em Quinta do Anjo. Trata-se de uma organização da ADREPES - Associação Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal à qual a Câmara Municipal preside. É uma iniciativa realizada em parceria com o Centro de Informação Europe Direct da Península de Setúbal e com a Associação Industrial Portuguesa, Câmara de Comércio e Indústria. Este Fórum constitui-se como um espaço de divulgação e de informação, de contacto e networking entre empresas e entre empreendedores da região, ou pessoas com interesse em investir neste território.

Recorda que o município celebrou recentemente um protocolo de cooperação com a Associação Industrial Portuguesa para a adesão à rede Enterprise Europe Network, uma iniciativa da Comissão Europeia que visa apoiar as empresas nos processos de internacionalização e na definição de parceiros estratégicos e, portanto, esta é também uma vantagem para os agentes económicos do concelho que em reflexão, durante o dia de hoje.

Durante a manhã, o diretor do Departamento de Economia, Empreendedorismo, Financiamento e Inovação da Associação Industrial Portuguesa, o Dr. Paulo Alexandre Caldas sublinhou exatamente, a importância desta rede para uma Europa empreendedora e inovadora e da parte da ADREPES foram dados a conhecer os fundos comunitários disponíveis para a região, que são um importante recurso que importa divulgar junto das empresas, com vista ao desenvolvimento ou consolidação das suas atividades. Foram igualmente apresentados um conjunto de projetos locais, nomeadamente a Quinta do Alcube, Vertente Natural e ArrábidaMel e a Quinta do Piloto, estando neste momento a decorrer uma visita à adega com provas de vinhos. Estas empresas referidas beneficiaram de apoios por parte da ADREPES

• **Fins-de-semana Gastronómicos do Moscatel de Setúbal – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que a realização dos fins-de-semana gastronómicos de moscatel de Setúbal é uma iniciativa integrada no programa “Palmela Experiências com Sabor”. Terá nesta ocasião, a participação de 26 estabelecimentos de restauração do concelho. Vai decorrer entre os dias 10, 11, 12, 17, 18 e 19 de novembro e nestes estabelecimentos haverá a oportunidade de todos aqueles que lá se deslocarem, de contactarem com receitas tradicionais e noutros casos com pratos criativos e inovadores, com base no moscatel de Setúbal. É uma iniciativa que se realiza quando a região demarcada está a celebrar os 110 anos de vida e, portanto, assume-se neste caso, também como um contributo no quadro daquilo que é a dinamização turística do concelho e a dá naturalmente um impulso muito positivo para a captação de visitantes, para a valorização da restauração e naturalmente para o desenvolvimento da economia local.

• **Simone Fragoso na 4.ª Edição da *Madeira Island International Swim Marathon* – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que a nadadora Simone Fragoso destacou-se na 4ª edição da *Madeira Island International Swim Marathon* que decorreu no passado dia 28 de outubro, na Ilha da Madeira. A nadadora obteve o 1º lugar na sua categoria e contribuiu desta forma, uma vez mais, para a divulgação de Palmela e o trabalho desenvolvido pela empresa municipal Palmela Desporto, a nível nacional e internacional.

Esta maratona de águas abertas com uma extensão de 1500 metros contou com a participação de 72 nadadores/as em representação de 15 clubes.

• **Judo Clube de Pinhal Novo, Torneio Internacional de Avilés – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que os atletas do Judo Clube de Pinhal Novo tiveram uma prestação de relevo, no torneio de internacional Vila de Avilés realizado em Espanha, nos dias 29 e 30 de outubro, no qual participaram inseridos na seleção do distrito de Setúbal. Um destaque muito especial para o judoca Nuno Martins que venceu o torneio na sua categoria de -55 quilos escalão cadetes, sub18. No mesmo escalão, Ricardo Pires alcançou o 9º lugar e representaram ainda o Clube e o Distrito, neste caso, o Concelho, os judocas Duarte Dias e Jan Glied.

• **Par de dançarinos do Grupo Desportivo “Estrelas de Algeruz” no Mundial de Danças Latinas – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que a Daniela Marreiros e André Viana, do Grupo Desportivo “Estrelas de Algeruz” tiveram mais uma participação internacional a convite da Federação Portuguesa de Dança Desportiva. Depois da Eslováquia em setembro e da Moldávia em outubro, estes jovens dançarinos representaram Portugal no Campeonato do Mundo de Danças Latinas Juniores, que decorreu em Bucareste, na Roménia, 4 de novembro.

A apesar de terem ficado pela primeira ronda, esta foi mais uma oportunidade de crescimento e experiência para estes promissores dançarinos do “Estrelas de Algeruz”, que estão atualmente, entre os melhores dançarinos país.

• **Final da Taça de Portugal de Dança – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que a Final da Taça de Portugal de Dança Desportiva foi feliz para o “Dance Project”, um projeto da União Desportiva da Palhota que viu todos que os seus participantes com excelentes resultados. A prova decorreu no passado dia 4 de novembro no Pavilhão Municipal de Famalicão, deu a vitória a Rodrigo Balseiro e Lisa Jesus em danças latinas, no escalão de adultos intermédios. Este par ficou em 2º lugar na classificação final da Taça de Portugal.

Destaque também, por último, para José Mário Anjos e Ana Clara Correia, que foram terceiros classificados da prova em seniores II iniciados, sagrando-se vencedores da Taça e uma nota a também para Paulo Borges e Margarida Borges em 2º do lugar na prova, bem como na classificação final da Taça. Por último referir que Gabriel Costa e Sara Freitas foram terceiros classificados nesta prova e na classificação final no escalão de Seniores.

• **Dia Europeu do Enoturismo – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que até ao final deste mês, o município e a Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal estão a assinalar o “O Dia Europeu do Enoturismo”, com um vasto conjunto de atividades que se cruzam também com as comemorações do São Martinho.

Entre estas atividades, destaca as visitas guiadas às adegas, provas de vinho com produtos regionais, os concertos "Sons do Vinho", degustação de vários produtos e os fins-de-semana gastronómicos dedicados ao moscatel de Setúbal. O Dia Europeu do Enoturismo foi instituído pela Rede Europeia de Cidades do Vinho que integra perto de 800 municípios de 8 países europeus, e cujo Conselho de Administração Palmela integra. A divulgação do património da cultura e das tradições dos territórios constituem a rede, contribuem para reforçar também o turismo na Europa em torno do vinho e são o objetivo principal destas comemorações, que contam também este ano como com a promoção a nível mundial através da rede AENOTUR - Associação Internacional de Enoturismo.

• **Comemorações do S. Martinho no Centro Cultural do Poceirão – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que o município, em parceria com a União das Freguesias de Poceirão e Marateca, e o movimento associativo local, vai promover, uma vez mais, as comemorações São Martinho, no Centro Cultural de Poceirão. Esta celebração comunitária decorre já na próxima sexta-feira a partir das 20:30. Tem momentos de animação, de convívio e conta com a participação do grupo de Zumba da Associação de Cultura e Desporto de Poceirão e também com um baile de danças tradicionais do mundo, que será dinamizado por Leonila de Oliveira e pelo grupo "Fulano, Beltrano e Sicrano".

Questões apresentadas pelos/a Srs./a Vereadores/a

• **Fornecimento de refeições escolares – A Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que paralelamente, ao impacto mediático que o tema das refeições escolares ganhou nos últimos dias, demonstra preocupação acima de tudo pelo facto da Câmara Municipal enquanto Entidade máxima responsável pelo fornecimento das refeições escolares, pouco tenha feito para resolver esta questão, não obstante a emissão de multas por incumprimentos contratuais.

Se a Câmara tem esses tais mecanismos de fiscalização e de acompanhamento diário, então a pergunta que se coloca é: o que é que já foi feito, se estas reclamações já vêm desde o início do ano lectivo? Infelizmente, teme que esta situação vai continuar porque acredita que o problema está na base dos procedimentos. Não é possível acreditar que estão a ser disponibilizadas refeições equilibradas às crianças quando a contratação pública que foi feita pela Câmara, o critério de adjudicação foi exclusivamente do mais baixo preço, sendo que o Código dos contratos públicos prevê critérios de adjudicação muito diferenciados. Um deles é a avaliação técnica da proposta que aqui não foi considerada e aqui é a máxima do "ninguém faz omeletes sem ovos" aplica-se na íntegra. É legítimo que se duvide que as empresas privadas consigam oferecer refeições de qualidade, com um mínimo de equilíbrio nutricional, quando o valor em média de uma refeição ronda 1,30€ aluno. É importante dizer que não se pode iludir a população com pactos de Milão, defendendo princípios de alimentação saudável e depois a

Câmara não fazer o que deve ser feito; como garantir, enquanto responsável pelo fornecimento de refeições, o fornecimento de alimentação condigna às crianças.

Pede algum esclarecimento relativamente ao fornecimento das refeições vegetarianas, porque tem conhecimento que no dia 4 de outubro, na Escola EB Matos Fortuna, a refeição vegetariana foi a única refeição disponível a todas as crianças.

No que diz respeito ao caderno de recursos educativos, cuja apresentação ocorreu no dia da receção da comunidade educativa, destaca o editorial que refere que o que se pretende são a construção de projetos bem articulados assim, como reforçar a presença efetiva das redes locais. Ora no município ou na rede privada e solidária se encontra tão presente e sendo o objetivo do documento a articulação de projetos e o reforço das redes locais, numa perspetiva de potenciação nos resultados, não se entende a não inclusão da rede privada e solidária neste caderno quando, de acordo com o diagnóstico social do concelho, estas 2 redes representam 40% das respostas a nível educativo. Por isso, propõe que, para o próximo ano letivo pelo menos, que se fosse feita alusão nos contactos a toda esta rede privada e solidária que, no fundo contribui para que a educação seja global e que chegue a toda a população do concelho.

• **Fornecimento de refeições escolares** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que terá que ser repensado, para o ano a questão dos critérios de adjudicação, sendo que não é fácil avaliar tecnicamente uma proposta na área da alimentação. Não há dúvida que a questão do preço mais baixo, é uma questão sempre mais fácil, é mensurável, é muito objectiva, mas depois pode criar estes problemas.

O mecanismo das multas é importante, porque é dissuasor. Pede esclarecimento acerca do futuro deste fornecimento de alimentação. Há cerca de dois meses, após o início do ano lectivo, considera que é muito cedo para haver tantos problemas.

O próprio número 12 do caderno de encargos prevê multas de situações que podem ser alvo de sanção pecuniária, por isso urgem as seguintes questões:

- Em que montante é que vão essas multas?
- Houve contestação delas próprias por parte do fornecedor de bens?

A situação foi tão grave que saiu na comunicação social, caso contrário não se teria conhecimento da mesma. Com todos os problemas referidos e com todas as démarches que a autarquia já fez que e que disse que fez, relativamente à aplicação de sanções pecuniárias, significa que já deve haver algum valor elevado, dando origem a que o fornecimento já não possa prosseguir.

No fim da última a sessão de Câmara, foi dado conhecimento de uma queixa de um bloqueio informativo que estava a ser feito por parte da autarquia, de não distribuição de alguns

documentos que estavam a ser dados a outros órgãos de comunicação social. Nada justifica o bloqueio informativo a quem quer que seja, mas de qualquer maneira, questiona o que terá levado a autarquia a ter essa atitude.

• **Recursos Humanos – emprego para pessoas deficientes – O Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que bem ciente das restrições à contratação que existiram e ainda existem, questiona que procedimentos é que estão a ser feitos, no que diz respeito à aplicação dos 5% de quota para emprego para pessoas deficientes; que procedimentos irão ser doravante implementados, dando a margem pelo facto de a contratação ter estado congelada, ainda se encontrar algo limitada.

• **Relatório financeiro da Palmela Desporto, Empresa Municipal – O Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que já foi publicado o relatório de contas e financeiro correspondente ao 2º trimestre, e nomeadamente em relação a junho. É sem surpresa que não se verificam grandes alterações naquilo que eram os resultados. Há uma melhoria da eficiência, também muito à conta de uma sobre orçamentação porque já era previsível (reduções de 30% e 50% quando o previsto era mais ou menos o que estava em 2016 em relação à electricidade, água e gás), quando já se tinham tomado as medidas de eficiência energética que indiciariam que os valores seriam muito mais baixos. Pouparam-se, e bem, uns milhares de euros, mas a questão principal, não é esta; a questão principal são os preços e a influência que estes preços têm, sendo os mais altos do distrito, no decréscimo de utentes nas piscinas de Palmela e do Pinhal Novo.

Recorda que este decréscimo tinha a ver com fatores económicos, obviamente (as pessoas em tempos de crise, em termos de contenção orçamental, nos seus núcleos familiares a esta questão do desporto tem impacto), pelo que seria de esperar uma tendência de um acréscimo de utentes neste ano de 2017. Tal não veio a acontecer. Foram aprovados os preços de Palmela Desporto apesar de ter sido referido que são demasiado elevados em relação ao que é a oferta dos outros municípios vizinhos, e que isso tinha a ver também com o modelo de gestão escolhido, que é um espartilho seja para quem for que venha a gerir esta empresa.

Se a Câmara não pode dar mais subsídios de compensação à exploração, ou pelo menos elevar muito mais o valor, não há aqui margem nenhuma para baixar preços. Se os preços não baixam, também, não é possível angariar mais pessoas, que isto não vai lá com divulgação e nem sensibilizações. Há uma relação direta entre o preço e o acesso e a prova é que os valores de 2016 mantêm-se e, nesta altura, entre o mês de maio e o mês de junho de 2017, o que se assistiu foi um decréscimo dos utentes das 2 piscinas.

Demonstra preocupação em termos de gestão, porque leva ao próprio modelo que foi escolhido de empresa municipal. Não é coincidência que os municípios em redor não tenham uma gestão municipal. Já foi sugerido à maioria, sem nenhum tipo de compromisso, fazer contas quanto é que ficaria uma gestão municipal em relação a uma gestão no formato de empresa municipal, apenas, como referência, como estudo, como alternativa.

• **Limpeza do espaço público como resultado da campanha eleitoral – O Sr. Vereador Pedro Taleço** apela para a limpeza do que resta da campanha eleitoral visto que as eleições já foram há mais de um mês.

• **Notícia publicada no Diário do Distrito – O Sr. Vereador José Calado** refere que “Sr. Presidente, era também a interpelação em relação à distribuição da circular na reunião anterior de câmara em que foi negada a informação ao Diário do Distrito, saber porquê. Também era essa a informação que queria saber. Muito obrigado.”

• **Obra na Rua Serpa Pinto, em Palmela – O Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que, neste momento, é possível e desejável, que o centro histórico (assim como outros centros históricos já o fizeram) veja diminuir a carga de cabos e fios aéreos que passam no centro histórico. Questiona se ainda é possível a colocação de calhas técnicas subterrâneas para que as próprias infraestruturas de cabos de comunicação e de energia, pudessem utilizar, em vez de a continuar a poluir um pouco a imagem e a paisagem.

• **Horários de funcionamento do Centro Cultural do Poceirão – O Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que se o horário de funcionamento foi alterado, deverá haver um aviso às populações avisadas para que efetivamente não houvesse depois problemas com a utilização do Centro Cultural do Poceirão e, nomeadamente, com o movimento associativo.

• **Valor do Catavento – O Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que na página 34 do Catavento, estão presentes as férias de Natal 2007 e, o valor da atividade, deveria ser arredondado.

• **Agradecimento a José António Cabrita – O Sr. Vereador Raul Cristovão** homenageia e agradece, em seu nome e em nome da bancada do PS José António Cabrita, por ser alguém do Concelho que consegue fazer uma publicação importante para a história do Concelho, para a história da população e para a história da própria democracia; que é não deixar esquecer o que

muitos destes homens e mulheres passaram, para que todos pudessem estar na divergência, na confluência sobretudo daquilo que é o mais importante, que são os valores democráticos e o valor de uma sociedade de cidadania. Agradece por isso, todo o trabalho realizado do autor e sugere que todos estes livros que existem sobre o Concelho pudessem (alguns esgotados) ser republicados e ser postos nas bibliotecas escolares das diferentes escolas e agrupamentos do Concelho e que alguns deles também fossem objeto de oferta para as pessoas que visitam o território, ficassem a conhecer toda a cultura e tudo aquilo que de bom se faz em Palmela, por pessoas que entregam a memória dos antepassados.

Às/Aos questões/assuntos colocadas/os, são dadas as seguintes respostas:

_ Agradecimento a José António Cabrita (Assunto apresentado pelo Sr. Vereador Raul Cristovão) – O **Sr. Presidente** refere que este livro editado no âmbito da coleção estudos locais, é um contributo do município, precisamente, para esta reflexão e conhecimento da história local e também nacional. Como habitualmente estes livros são oferecidos às bibliotecas dos estabelecimentos de ensino. A própria exposição acabou já de ser requisitada pelo próprio Museu do Aljube para que a exposição, inaugurada no domingo, possa estar patente noutros espaços dedicados também a estas questões.

A autarquia, habitualmente, já tem a prática de oferecer aos visitantes, não só da área da investigação, mas a outras entidades, monografias, livros e edições sobre a matéria. A própria diretora do Museu do Aljube foi presenteada com a edição do livro Palmela Histórico-artística.

_ Valor do Catavento (Assunto apresentado pelo Sr. Vereador Raul Cristovão) – O **Sr. Presidente** refere que não irá comentar, uma vez que ainda não está inteirado sobre o assunto, mas deduz que possa estar relacionado com o IVA ou uma eventual gralha.

_ Obra na Rua Serpa Pinto, em Palmela (Assunto apresentado pelo Sr. Vereador Raul Cristovão) – O **Sr. Presidente** refere que o município está a trabalhar nesse sentido, mas contrariamente a algumas opiniões, esse trabalho está a ser realizado de forma concertada, séria, com as restantes entidades que intervêm no espaço público para poder fazer essa intervenção.

Aliás, faz parte do compromisso da maioria, até um conjunto de medidas, que vão desde regulamentos de ocupação do espaço público, até aos regulamentos de taxas, para incentivar o enterramento das redes. Isso é público, está a ser trabalhado, não se resolve em dois dias.

Relativamente à obra informa que, em vários pontos onde entronca com outros arruamentos transversais, tem o enterramento das redes previsto. Quanto ao restante arruamento, têm sido feitas reclamações junto da EDP acerca do enterramento da rede do centro histórico.

Já foi proposto, em vários anos, para o plano de investimentos da EDP (um deles pequenino até à porta dos Paços do Concelho no arruamento que dá para o Arrabalde), o que prova que a autarquia está a trabalhar no assunto.

Esta empreitada não é compaginável com o conjunto de intervenções que é preciso fazer. Clarifica que a EDP tem cabos aéreos de iluminação pública e tem cabos aéreos de alimentação das habitações. Para fazer o enterramento disto é necessário que os proprietários das habitações façam alterações (e algumas não são de pequena monta) no sistema de alimentação das suas habitações. As obras do Portugal 2020 têm prazos, depois de serem aprovadas, têm 6 meses para ter projeto de execução e começar a obra.

Esta empreitada tem de começar agora. A autarquia teve reuniões recentemente com EDP que informou o tipo de calha, tipo de tubo e até a cor que deveria ser utilizada nos atravessamentos, mas não para toda a totalidade da rua, porque isso precisa de outro tipo de intervenção conjugada com as obras dos particulares.

O mesmo acontece em relação aos operadores de cabo e de telecomunicações, que esses nem sequer a reunião com a autarquia se dignaram de agendar, apesar de sucessivos pedidos. Portanto, a obra não pára e vai ter os atravessamentos nas zonas de cruzamentos e entroncamentos, a rede aérea será toda enterrada. Naquilo que diz respeito à alimentação dos prédios terá que ficar para uma fase posterior.

A autarquia trabalha neste assunto com conhecimento técnico, naturalmente, estudando todas as questões em análise, mas que infelizmente também se encontra dependente de empresas que nem sempre cumprem aquilo que está a ser feito.

A autarquia fará o que lhe compete fazer, que é na parte onde não colide com as habitações e as obras que os particulares têm que fazer, a rede será já enterrada. A autarquia está a trabalhar para que essa questão seja uma realidade e não será só na Serpa Pinto, mas sim para as 2 ruas já intervencionadas e nas restantes.

Existem localidades onde os arruamentos são recentes onde há, inclusivamente, calhas técnicas em loteamentos recentes, como por exemplo na freguesia do Pinhal Novo, onde mesmo assim nalguns troços há cabos pregados aos prédios. O problema é que a autarquia não consegue, com a legislação que existe, obrigar a fazer de outra forma.

_ Notícia publicada no Diário do Distrito (Assunto apresentado pelo Sr. Vereador José Calado) – O **Sr. Presidente** refere que “outra matéria que iria já dar resposta sobre uma alegada ou pretensa de negação de informação ao Diário do Distrito. Devo desmentir categoricamente que, na Câmara Municipal, ninguém deu orientação nenhuma para deixar de enviar isto ou aquilo para o Diário do Distrito. E acho muito estranho que se fale em censura ou bloqueio de informação quando: 1.º não é obrigatório mandar as ordens de trabalho, nem as convocatórias

das reuniões para nenhum órgão de comunicação, não é! Digam onde é que é. Nós conhecemos a prática de outras câmaras. Mas já lhe digo o que é que aconteceu. É obrigatório fazer um edital, torná-lo público. Está no site da câmara. As reuniões são transmitidas, portanto ninguém tem falta de informação. O que aconteceu é que tivemos o período de tomada de posse dos órgãos, mudança de pelouros e mudança de responsáveis pela comunicação. E, como sabe, a comunicação e a informação passou para o Presidente, isso foi dito a partir do dia 25 de outubro. O que aconteceu nos dias anteriores, até por ausência, por férias da chefe da divisão é que houve ali um vazio relativamente aos procedimentos que estavam a ser estudados para futuramente virmos a ter um relacionamento claro, porque, de facto, também não pode qualquer órgão de informação social pensar que basta mandar um e-mail com pedidos de esclarecimento para a técnica A, B ou C do município, porque não é isso que está instituído. E o que passou a estar instituído é que as questões da comunicação são enviadas para a assessoria de imprensa do gabinete do presidente. E mesmo já depois dessa informação, houve órgãos de comunicação social que não respeitaram essa indicação e até relativamente a esta questão das refeições e outras, continuam a mandar pedidos de esclarecimento para secretárias de vereadores para aqui, ali e para acolá. Meus amigos, as coisas têm regras, tem de haver um canal de comunicação. E, portanto, o que houve foi uma falha no envio e aquilo que aconteceu na reunião de câmara, os Srs. assistiram, eu trouxe cópias sobre a distribuição dos pelouros. Era um assunto que tinha naturalmente reserva e que nem está sujeito à aprovação, Sras. e Srs. Munícipes, é uma competência do presidente e que no próprio dia entreguei a cada um de vós, e as cópias sobrantes foram entregues a quem acompanha as questões da comunicação. Estava, nessa altura, outra colega na sala para fazer a distribuição aos órgãos de comunicação. E, de facto, falhou uma das cópias. Não tínhamos cópias para todos. E é por isso que eu quero que, de futuro, as Sras. que são efetivamente jornalistas e outros que não são jornalistas, mas que são técnicos de outra coisa, mas que são da comunicação social se sentem aqui, porque é aqui que os nossos técnicos fornecem a informação. Nós não temos de andar atrás de ninguém a distribuir papelinhos para que não haja incidentes. Acho lamentável, que esse órgão de comunicação não se tenha dirigido ao presidente da câmara e à sua assessora de imprensa para pedir esclarecimentos e preferisse o tipo de atuação que teve, mas nós nem nos damos ao trabalho de responder. E, aliás, devo dizer também que apenas uma jornalista nessa sessão solicitou a informação escrita. Apenas uma jornalista está presente nesta sala. De resto ninguém solicitou a informação e a nossa técnica procurou distribuir. Falhou-lhe um papel. Não tinha mais. Paciência. Depois são referidas outras coisas: uma que está de férias, etc., isso é indecente. Eu creio que quem está de boa-fé nestas coisas fala diretamente com quem tem de falar. Portanto, não houve bloqueio informativo, nenhum. As regras estão definidas desde que eu assumi o pelouro. A comunicação social regional recebe neste momento toda a informação. Os fluxos estão definidos. Há novos responsáveis por isso. Isto é perfeitamente normal e é assim que deve funcionar, mas não deixo de dizer que estas coisas não se têm de compadecer com os tais conhecimentos e que a

técnica com quem fala está de férias ou isto ou aquilo, é tudo através, algum esclarecimento sabem com quem têm de falar. Mas não deixo de referir também que se calhar a atitude do pretenso ou alegado bloqueio informativo e a forma como difamaram a câmara, na minha opinião trata-se de uma difamação e de uma precipitação ocorre num quadro em que, aliás, não nos parece, quem diz que não tem informação da câmara acaba por não publicar imensas informações que a câmara para lá envia, e em relação a algumas matérias até houve outras pessoas, no quadro da pluralidade de opiniões, mas não ouve os responsáveis autárquicos sobre essa matéria com exceção de um ou de outro pedido de esclarecimento acerca dumáticas que às vezes aparecem nas redes sociais. Portanto, nós até temos todo o interesse em que os órgãos de comunicação deem conta das nossas notas. Portanto, toda a gente vai receber as notas. Nós até enviamos em excesso. Olhe esta questão da alimentação até enviámos para jornais que não tem nada a ver com a região. Nós enviamos para toda a gente. E não podem dizer que há falta ou sonegação da informação quando as reuniões são públicas, quando tiram fotografias, filmam (às vezes até sem pedir autorização), portanto, desculpe, mas há aí um incidente criado propositadamente por quem tem dificuldades em dialogar, mas nós estamos disponíveis para dialogar com toda a gente e com toda a comunicação social. Dito isto, penso ter esclarecido. Não houve qualquer atitude. O incidente decorre da transição, da mudança de procedimentos e da ausência de técnicos que têm todo o direito de estar nesse período de férias.”

_ Recursos Humanos – emprego para pessoas deficientes (Assunto apresentado pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – O **Sr. Presidente** refere que a autarquia só pode acionar a quota se as pessoas concorrerem. Quando houver, essas pessoas não estão sujeitas a outro tipo de escrutínio. O município tem trabalhadores nessas circunstâncias e, portanto, continuará a cumprir a lei com essa total atitude de abertura.

_ Horários de funcionamento do Centro Cultural do Poceirão (Assunto apresentado pelo Sr. Vereador Raul Cristovão) – O **Sr. Presidente** refere que não há queixas do cumprimento do horário de funcionamento. E pede ao **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** para explicar o que é que aconteceu mais uma vez com um incidente e com atitudes reiteradas de criar confusões desta natureza. Nessa altura, será respondido se houve um problema de horário de funcionamento ou se há incumprimento na relação da comunicação que tem de haver com o município sobre estas matérias.

Lamenta que, infelizmente, haja por parte de alguns agentes, alguma tentativa de criar conflitos desnecessários.

_ Relatório financeiro da Palmela Desporto, Empresa Municipal (Assunto apresentado pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – O **Sr. Presidente** refere que o **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** também tratará de esclarecer mais adiante. Esclarece, no entanto, que o relatório foi publicado com atraso, mas não por culpa do Conselho de Gestão. Como houve também aqui um interregno, o Conselho de Gestão tinha que se submeter, para depois reunir e publicar, não ia publicar antes de ser aprovado.

Também não é no nos primeiros 6 meses que se mede a adesão. Quando iniciou a época desportiva, houve um crescimento acentuado do número de inscrições, só que tendencialmente as pessoas podem ir desistindo.

_ Fornecimento de refeições escolares (Assunto apresentado pelo/a Sr./a Vereador/a Mara Rebelo e Paulo Ribeiro) – O **Sr. Presidente** refere que vai passar a palavra ao **Sr. Vereador Adilo Costa** para dar mais esclarecimentos sobre a matéria.

_ Fornecimento de refeições escolares (Assunto apresentado pelo/a Sr./a Vereador/a Mara Rebelo e Paulo Ribeiro) – O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que em relação ao caderno de recursos educativos, os projetos da câmara ou da Câmara em parceria, são destinados a escolas.

A autarquia é pioneira, e muitos municípios querem seguir o modelo, no facto de uma empresa de consultadoria que realiza inspeções de higiene e sanitárias, faz os respetivos relatórios, o recolhe amostras de alimentos a 3 mil refeições diárias (são 441 mil refeições anuais).

Não vem aqui a sessão de Câmara qualquer anotação sobre análises bacterianas positivas que digam que há um risco para a saúde pública. Estes anos todos não tem acontecido. Isso sim é que era grave, reconhecendo que há irregularidades e incompatibilidades, nomeadamente o que aconteceu, sobretudo, não haver refeição de reserva. Era obrigatório haver.

A autarquia deve aplicar as coimas com ponderação, e para que não sejam contestadas judicialmente. Em relação à GERTAL foram mais de 100.000,00€ de coimas.

O executivo não está aqui para aplicar coimas, mas sim para cumprimentos contratuais. E melhorou imenso, em relação à anterior empresa, esse cumprimento.

As grandes empresas, que até dão qualidade da alimentação, fazem as suas compras a preços baixíssimos, e apresenta um documento da Câmara de Cascais coisas que faz um apelo, para que se altere a legislação para que se possa começar a ter os serviços das IPSS.

A Câmara Municipal não pode fazer aquilo que quer, independentemente da cor política, está limitada pela legislação. O pacto de Milão é uma experiência piloto na escola, mas a questão é

que a autarquia tentou comprar a produtores locais, até por lotes, e não conseguiu; porque o regulamento que existe no Ministério da Agricultura é tão apertado que se desloca para uma parte do mapa de Portugal. Essa questão também foi tema nas 2 horas e meia de reunião com a administração da empresa.

O que aconteceu é grave, porque não havia sobretudo refeição de reserva, mas nenhum dos meninos ficou em risco.

Existem problemas a nível nacional com estas empresas, nomeadamente, com a UNISELF e por isso a Câmara Municipal está vigilante, mas não é possível rasgar o caderno de encargos e o contrato; porque senão, não havia quem fornecesse as refeições diárias.

Quanto ao valor da coima ainda está a ser determinado.

Em relação ao incidente do dia 4 de outubro, a legislação diz que uma vez por mês, poderá ser opção o prato e isso, consta no caderno de encargos, que foi aprovado por unanimidade.

Uma vez por mês, uma vez em cada 4 semanas, existirá apenas um prato vegetariano, sem qualquer outra opção. Da mesma forma que a legislação diz que o transporte escolar é a 4 quilómetros e a câmara criou uma condição mais favorável. É mais favorável para a criança adaptar-se a esta nova situação. A opção vegetariana é importante, é isso que diz a Organização Mundial de Saúde, é isso que diz a Organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura. A autarquia de Palmela não está a incumprir, está a favorecer.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que este é um problema que deve ser centrado nas crianças. A legislação está desadequada às realidades e às capacidades que o município tinha hoje a oferecer através de redes IPSS ou de outras ofertas locais, refeições, se calhar com melhor qualidade e sem os problemas de entregas e falha gerais (algumas graves). É verdade que não há nenhum problema de risco para a saúde pública, mas também é verdade que há questões de qualidade e até de quantidade.

Manifesta desagrado, enquanto cidadão, enquanto vereador, enquanto professor, enquanto encarregado de educação, pelo fornecimento estar a ser feito por uma empresa privada. Foi uma má opção que se fez na altura e é preciso rever a legislação, a bem das crianças. É preciso que quando uma família entrega a criança a uma creche, a uma escola, tenha a segurança total e esta segurança alimentar é fundamental para que as crianças tenham mais saúde, sejam mais felizes e tenham melhor aproveitamento escolar.

Não põe em causa o esforço, mas sim o modelo. O PS está unido nessa situação e que fará de tudo, para mudar esta legislação, de modo, a que as autarquias possam efetivamente ter outras soluções que melhorem a oferta das refeições das crianças na escolaridade obrigatória.

O **Sr. Presidente** recorda desde que esta competência da gestão do refeitório é municipal, houve sempre excelentes condições, sempre houve em cada um dos estabelecimentos de ensino (às vezes até improvisando espaços) fornecimento de refeições de qualidade; seja com

funcionários, cozinheiras admitidas pelo município, seja com a aquisição de refeições por exemplo, a IPSS e à rede social.

Em dezenas de anos, no Concelho de Palmela nunca houve um incidente. Houve incidentes em todos os pontos do país e há alguns com esta empresa. Ninguém da oposição falou, por exemplo, do problema que houve com esta empresa nas refeições do agrupamento de escolas José Saramago. Se calhar, porque aí era uma empresa contratada pela DREL, se calhar não dava jeito trazer o assunto à colação. Houve incidentes com a mesma empresa, num agrupamento de escolas, mas, porque era outra gente a contratar ninguém pôs a questão.

A autarquia tem um caderno de encargos dos mais exigentes e dos mais ambiciosos que há. Foram introduzidas uma série de variáveis: a questão dos produtos locais, a questão do prato vegetariano, esta questão do pacto Milão. Foi dado um salto qualitativo muito grande no caderno de encargos e, portanto, recusa também a ideia de que o problema está na base do procedimento; e aproveita para recordar que ele foi aprovado por unanimidade, por todas as forças políticas. Deve ser feita uma reflexão sobre o problema e as medidas a tomar, para que não volte a acontecer e evitar o aproveitamento político que é feito nesta matéria. Isso é a mesma história de uma associação de pais que não contacta em tempo real com o município e que prefere mandar para a Comunicação Social.

A Autarquia quer, com toda a tranquilidade, com estratégia e visão de futuro, acompanhar esta questão. O Sr. Presidente confirma que apoia, se a Assembleia da República tomar medidas no sentido de acabar com este tipo de concursos. O executivo defende a possibilidade de poder contratar sem limitações e a possibilidade de comprar lotes às IPSS, porque rentabilizam o seu pessoal e as suas instalações para distribuição, cumprindo estas regras todas.

O projeto pacto de Milão está em curso, está em avaliação e que pode ser depois discutido, trazendo o balanço das ações que já foram implementadas, onde as IPSS também têm de dar o seu contributo.

O município tem estado semanalmente e dia a dia a agir, a registar e a utilizar os instrumentos, os mecanismos legais que estão ao seu alcance. É evidente que não é a coima que a empresa vai pagar que resolveu o incidente. O objetivo é que o incidente não volte a acontecer, nem o incumprimento das normas do caderno de encargos. O Código dos Contratos Públicos exigiu que fosse feito desta forma, sendo que a generalidade dos municípios faz também, como é óbvio, pelo preço mais baixo. E também sublinha que, até quando a autarquia quis fazer de forma diferente, teve inspeções que diziam que a despesa estava a ser fraccionada e tal não é possível, tem que ser feito em bloco. É esta teia legislativa que também proporciona a exclusão no circuito, se calhar, a outras empresas e até da comunidade que possam servir melhor. Mas até lá, estas empresas que também são fiscalizadas por outras entidades, e que, de facto, fornecem, se calhar mais de 1 milhão de refeições escolares por mês em todo o país, cumpram aquilo que é a lei do país. É para isso que há a ASAE, HACCP e essas fiscalizações todas.

O Sr. Presidente espera que, na sequência desta reunião, a empresa perceba que tem que cumprir e obviamente se os mecanismos legais permitirem, face a incumprimentos sucessivos, rescindir contrato, é evidente que serão tomadas outras medidas e será feito um ajuste direto transitório a outra empresa.

Neste momento, o que o município tem que fazer é ser intransigente, face a qualquer incumprimento e ver todos os mecanismos legais para, se for necessário chegar à possibilidade legal de adjudicar a outras empresas que possam prestar melhor serviço.

_ Relatório financeiro da Palmela Desporto, Empresa Municipal (Assunto apresentado pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que de facto houve um ligeiro decréscimo de utentes em maio. Há um conjunto de empresas municipais, que foram extintas, por terem tido resultados negativos, o que não acontece felizmente, com a Palmela Desporto, onde há visão, onde há estratégia e resultados.

Relativamente a esses resultados, refere que, exceptuando o mês de maio onde houve um decréscimo no número de utentes, e que é normal comparativamente ao exercício de anos anteriores, praticamente ao longo do ano, todos os meses, a Palmela Desporto tem tido mais utentes. Em junho havia mais 24.000,00€ de receitas acumuladas. Isto é um dado objetivo e que traduz, no fundo, uma evolução da empresa. No mês de setembro houve um aumento de 6,8% no acréscimo de utentes na piscina municipal de Pinhal Novo. Na piscina municipal de Palmela houve um acréscimo também de 3,17%, o que significa mais 156 clientes no Pinhal Novo e mais 27 em Palmela.

Relativamente ao período, comparativo entre 2016 e este ano, houve mais 302 clientes, o que corresponde a um aumento de 9,9%. Relativamente à água consumida houve um decréscimo de 54%. No mês de setembro, a empresa obteve um resultado positivo de 44.000,00€ sensivelmente, e na análise acumulada a setembro o resultado líquido da empresa traduziu-se no resultado positivo de 31.000,00€ sensivelmente.

Sublinha que a Empresa Municipal está de boa saúde e recomenda-se. É uma empresa que tem mais atividades, mais utentes, mais receita e menos despesa. Tendo em conta as perspetivas financeiras que estão em cima da mesa para um exercício de final de ano positivo, dá nota também de algumas iniciativas que revelam bem a preocupação e a responsabilidade social da empresa e que têm sido vertidas em diversos protocolos, em preparação, que possibilitam aos trabalhadores destas instituições, terem acesso às piscinas e aos equipamentos a preços mais vantajosos.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que é necessário fazer a distinção entre o que é o relatório de contas e o que é uma amálgama de informações sobre atividades, sobre uma redução no custo da água, etc. O orçamento, ainda tem aqui valores enormes para o que no

fundo se está a executar. Este orçamento é feito sem medir, conta números, que não reflectem as medidas de eficiência energética que foram tomados, por isso é tem estas margens de decréscimo.

Em relação ao mês de maio, o que Palmela Desporto teve em relação ao acréscimo foi de 0, 82%. Até a economia está a crescer muito acima disto, para desgosto de algumas forças políticas. Devia haver aqui uma relação mais direta e, portanto, a conclusão que se pode tirar mais óbvia, uma vez que existe diversidade de atividades, e não se põe em causa a gestão, só pode ser no modelo que limita e que não permite que se baixem os preços.

Para a diferença de preços claramente certificada, deveria haver uma qualidade abismalmente melhor que os outros municípios. A empresa foi compensada por todas essas benesses sociais que dá em 600.000,00€ e, portanto, não há aí nenhum fator de exceção. O que se devia procurar é que a empresa atinja graus rentabilidade para reduzir essa comparticipação e ela cumprir a sua missão social, que não é dar lucro.

Na situação atual ideal, a gestão de uma empresa por ser mais optimizável que a pública permitia dar essas benesses sociais todas, sem custo nenhum para a autarquia, apenas inserida nas contas. A empresa financeira esta zona, porque não tem que distribuir dividendos. O facto de tão poucas autarquias tomarem como opção empresas municipais deve ter fundamento.

O **Sr. Presidente** refere que já houve outras posições do PS ao longo dos anos sobre a matéria e ainda bem que vão mudando de opinião, mas às vezes há circunstâncias que têm que ver um pouco, com o aproveitar-se de circunstâncias oportunas.

Há muitos municípios que abandonaram as empresas municipais, não por causa do modelo, mas porque se endividaram e algumas ainda estão com milhões de dívida por causa das empresas municipais e tal não acontece em municípios da CDU.

Haverá a oportunidade de avaliar todas essas questões de custo-benefício até porque o Sr. Presidente do Conselho de Gestão teve instruções de encomendar uma série de estudos, de análise, e o que aqui está em causa é que a chamada compensação indemnizatória ou subsídio à exploração (como era chamado) à Palmela Desporto não tem vindo a crescer, estabilizou desde o momento em que foi definido um determinado modelo; e o benefício social aumentou porque está cada vez a dar mais retorno e isso é visível nas questões numa série de outros programas que estão a ser redesenhados neste início de mandato.

No que concerne à questão das medidas de eficiência energética, explica que a Palmela Desporto só não fez outros investimentos desta natureza, porque o aviso para o efeito ficou deserto por uma opção estratégica de todos os municípios do país, de não concorrerem àquele aviso, porque não correspondia àquilo que foi anunciado aos municípios. Aguarda-se que o Governo abra novo aviso no PO SEUR para apoios a estas questões de eficiência energética,

com outros critérios que não aqueles apresentados. E quando isso acontecer, a Palmela Desporto vai reduzir muito mais a sua fatura de consumos energéticos que dará origem a outra política de preços e outras questões de investimento.

_ Recursos Humanos – emprego para pessoas deficientes (Assunto apresentado pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – O **Sr. Presidente** refere que a questão dos 5% só é aplicável a concursos com mais de 10 vagas.

_ Horários de funcionamento do Centro Cultural do Poceirão, (Assunto apresentado pelo Sr. Vereador Raul Cristovão) – O **Sr. Presidente** refere que já foi feito um esclarecimento a um órgão de comunicação social e passa a palavra ao **Sr. Vereador Luís Miguel Calha**.

_ Horários de funcionamento do Centro Cultural do Poceirão, (Assunto apresentado pelo Sr. Vereador Raul Cristovão) – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que o Centro Cultural do Poceirão possui um regulamento de funcionamento e de utilização e um conjunto de parceiros, em que alguns deles com residência neste equipamento municipal. E essa parceria que existe, contempla a dinamização e o planeamento de atividades neste equipamento municipal. No que toca ao Rancho Folclórico do Poceirão, tem uma sala para ensaios, que acontecem às sextas-feiras. Sublinha que há sensivelmente dois anos que, o Rancho Folclórico do Poceirão não comparece às reuniões de parceiros que são efetivadas, não planifica atividades neste equipamento, nem colabora nas iniciativas de parceria que são desenvolvidas. Por exemplo, recentemente foram contactados para participarem num espetáculo levado a efeito pela “Passos e Compassos-Dança” e responderam que não estavam interessados em nenhuma parceria.

Desde o dia 30 de junho que o Rancho Folclórico do Poceirão tem vindo a faltar sistematicamente, aos ensaios que estão programados e sem qualquer aviso prévio, nem qualquer justificação o que, naturalmente, dificulta a própria gestão do pessoal no equipamento em causa e a própria planificação das suas atividades e em alguns casos tem até inviabilizado a realização de outras atividades, uma vez que utilizando este espaço temporal que tem semanalmente para as suas atividades, ele poderia ser utilizado por outras associações.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** contactou o Rancho Folclórico do Poceirão para uma reunião e infelizmente não foi possível por indisponibilidade da direção do Rancho, de estar presente nesta reunião para clarificação desta ausência sem qualquer justificação. Entretanto no dia 2 de novembro, a Câmara Municipal informou o Rancho Folclórico que o Centro Cultural do Poceirão ia estar indisponível para o ensaio nessa semana devido a montagens de um espetáculo que tinha sido agendado.

Da parte do município sempre houve um relacionamento com todos os parceiros sociais, culturais e recreativos não só destas freguesias, mas de todo o Concelho. A autarquia está disponível, naturalmente, para o diálogo tanto assim é que foi marcada uma outra reunião para clarificar estes aspetos. Se o relacionamento institucional entre a Câmara Municipal e o Rancho Folclórico do Poceirão foi interrompido ele deve-se única e exclusivamente à ação de alguns elementos do rancho.

O **Sr. Presidente** refere que toda a comunicação feita entre as partes - mails, mensagens, telefonemas - está tudo documentado. Os equipamentos estão ao serviço das associações de acordo com um regulamento, com uma comissão de programação. As partes devem sentar a conversar, e articular para trabalharem uns com os outros, independentemente da opinião que cada um tem sobre diversas matérias. Isto é importante, esse respeito institucional entre todas as pessoas.

DESPACHOS EMITIDOS PELOS SRS./A PRESIDENTE, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pelos/a Srs./a Presidente, Álvaro Manuel Balseiro Amaro; Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Paulo Pacheco; e Chefe da Divisão de Administração Geral, Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 25.10.2017 e 07.11.2017.

LISTA DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelo Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, da lista de contratos de aquisição de serviços celebrados entre 25.10.2017 e 07.11.2017, para efeitos do disposto no artigo 49º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

**DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR
SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:**

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 23.10.2017 e 03.11.2017.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 25.10.2017 e 07.11.2017, no valor de 689.583,17 (seiscentos e oitenta e nove mil, quinhentos e oitenta e três euros e dezassete cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 07.11.2017, apresenta um saldo de 9.497.302,33 € (nove milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, trezentos e dois euros e trinta e três cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 8.333.921,37 € (oito milhões, trezentos e trinta e três mil, novecentos e vinte e um euros e trinta e sete cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.163.380,96 € (um milhão, cento e sessenta e três mil, trezentos e oitenta euros e noventa e seis cêntimos).

ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Aceitação de doações - Ratificação.

PROPOSTA N.º GAP 01_21-17:

«No âmbito da atividade que vem sendo realizada, a coberto do Programa Mecenaz de Palmela, considerando que a mesma valoriza positivamente, enquanto contributo para o desenvolvimento do território, o envolvimento dos agentes económicos na realização de projetos marcantes em diversas áreas de atividade; **propõe-se** que, de acordo com o disposto na alínea j) do nº 1, do artigo 33º e no nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal ratifique o ato de aceitação das presentes doações que perfazem o valor de 3.881,99 € (três mil, oitocentos e oitenta e um euros e noventa e nove cêntimos).

Entidade	Doação	Atividade
VISTEON PORTUGUESA, LTD EN252- KM 12 Parque Industrial das Carrascas 2951-503 PALMELA NIF: 980037042	10 computadores Marca: Dell; Modelo: Optilex 790 Net Weight 40 Kg 10 monitores Todos os computadores se encontram pré-instalados com sistema operativo Windows 7 Pro (todos licenciados) Valor da Doação: 3.350,00 € (três mil, trezentos e cinquenta euros)	Atividade Municipal
MANUEL ANICETO, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA Zona Industrial de Vila Amélia Estrada dos 4 Castelos 2950-805 Quinta do Ano NIF: 140218343	Saibro para o recinto da Feira Medieval Valor da Doação: 462,66 € (quatrocentos e sessenta e dois euros e sessenta e seis cêntimos)	Feira Medieval em Palmela
ADEGA COOPERATIVA DE PALMELA Rua da Adega Cooperativa, 2950-401 Palmela NIF:500 00 87 10	60 garrafas de vinho Valor da Doação: € 69,33 (sessenta e nove euros e trinta e três cêntimos)	Receção à Comunidade Educativa.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 2 – Representação Institucional.

PROPOSTA N.º GAP 02_21-17:

«Por adesão voluntária, devidamente caucionada pelos órgãos autárquicos competentes do município, ou decorrendo da estrutura política e administrativa do país, o Município de Palmela integra diversas entidades de direito público e privado, bem como, de organismos de gestão e/ou consultivos da administração central.

A fim de garantir uma participação e intervenção adequadas nas referidas entidades, torna-se necessário proceder à designação, nos termos da lei, de representantes da Câmara Municipal.

Face ao exposto **propõe-se**,

1. Nos termos do disposto na alínea oo) do nº 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designar representantes nos órgãos das empresas locais ou em entidades nas quais o município participe:
 - a) O Sr. Presidente da Câmara, Álvaro Manuel Balseiro Amaro e o Sr. Vereador Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, para representar a Câmara Municipal na Assembleia Intermunicipal da Associação dos Municípios da Região de Setúbal e o Sr. Vice-Presidente Adilo Oliveira Costa para substituir os titulares da representação nas suas faltas ou impedimentos;
 - b) O Sr. Presidente da Câmara, Álvaro Manuel Balseiro Amaro e o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Adilo Oliveira Costa, para representar a Câmara Municipal na Assembleia Intermunicipal da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis;
 - c) O Sr. Presidente da Câmara, Álvaro Manuel Balseiro Amaro e a Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, para representar a Câmara Municipal na Assembleia Intermunicipal da Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal – AIA;
 - d) O Sr. Presidente da Câmara, Álvaro Manuel Balseiro Amaro para representar a Câmara Municipal na Assembleia Intermunicipal da Associação Intermunicipal da CD-ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento;
 - e) O Sr. Presidente da Câmara, Álvaro Manuel Balseiro Amaro para representar a Câmara Municipal na Assembleia Geral da Associação do Fórum da Indústria Automóvel - FIAPAL; o Sr. Vereador Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha para o substituir nas suas faltas ou impedimentos;
 - f) A Dra. Isabel Maria da Silva Conceição, técnica superior do Gabinete de Apoio às Empresas e Promoção do Investimento, para representar a Câmara Municipal na Direção da Associação do Fórum da Indústria Automóvel – FIAPAL;
 - g) O Sr. Vereador Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha para representar a Câmara Municipal no Conselho de Gerência da ADREPAL – Centro de Promoção e Desenvolvimento Rural, Lda.;

- h) O Dr. José Manuel Calado Mendes, Chefe da Divisão de Cultura, Desporto e Juventude, para representar a Câmara Municipal na Assembleia Geral da ADREPAL – Centro de Promoção e Desenvolvimento Rural, Lda.;
- i) O Sr. Vice-Presidente Adilo Oliveira Costa para representar a Câmara Municipal na Assembleia Geral da Associação Internacional das Cidades Educadoras, e a Dra. Helena Isabel de Oliveira Carvalho Carrilho Guedes, Técnica Superior da Divisão de Educação e Intervenção Social, para o substituir nas suas faltas ou impedimentos;
- j) O Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha para representar a Câmara Municipal na Assembleia Geral e na Direção da Associação Artemrede – Teatros Associados, e o Dr. José Manuel Calado Mendes, Chefe da Divisão de Cultura, Desporto e Juventude, para o substituir nas suas faltas ou impedimentos;
- k) O Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha para representar a Câmara Municipal na Assembleia Geral da Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal, e a Dra. Susana Isabel Delgadinho Caetano, técnica Superior da Divisão de Comunicação, Turismo e Economia Local, para o substituir nas suas faltas ou impedimentos;
- l) A Dra. Ana Paula Martins Magalhães, Chefe da Divisão de Comunicação, Turismo e Economia Local, para representar a Câmara Municipal na Direção da Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal;
- m) O Sr. Presidente da Câmara, Álvaro Manuel Balseiro Amaro para representar a Câmara Municipal na Direção da Associação dos Municípios Portugueses do Vinho;
- n) O Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha para representar a Câmara Municipal na Assembleia Intermunicipal da Associação dos Municípios Portugueses do Vinho;
- o) O Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha para representar a Câmara Municipal Assembleia Geral da Associação Portuguesa para a Diversidade da Videira e a Dra. Ana Paula Martins Magalhães, Chefe de Divisão de Comunicação, Turismo e Economia Local para o substituir nas suas faltas ou impedimentos;
- p) O Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha para representar a Câmara Municipal na Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Museologia, e a Dra. Maria Teresa da Encarnação Rosendo, técnica superior da Divisão de Cultura, Desporto e Juventude, para o substituir nas suas faltas ou impedimentos;
- q) O Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha para representar a Câmara Municipal na Assembleia Geral da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, e a Dra. Maria Teresa da Encarnação Rosendo, técnica superior da Divisão de Cultura, Desporto e Juventude, para o substituir nas suas faltas ou impedimentos;
- r) O Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha para representar a Câmara Municipal na Assembleia Geral da Confraria Gastronómica de Palmela;

- s) O Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha para representar a Câmara Municipal na Assembleia Geral da Confraria do Moscatel de Setúbal;
 - t) O Sr. Presidente da Câmara, Álvaro Manuel Balseiro Amaro para representar a Câmara Municipal na Direção da RECEVIN – Rede Europeia de Cidades do Vinho;
 - u) O Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha para representar a Câmara Municipal na Assembleia Geral da RECEVIN – Rede Europeia de Cidades do Vinho;
 - v) O Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha para representar a Câmara Municipal na Assembleia Geral da Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal;
 - w) A Dra. Isabel Maria da Silva Conceição técnica superior do Gabinete de Apoio às Empresas e Promoção do Investimento, para representar a Câmara Municipal na Direção da Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal;
 - x) O Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha para representar a Câmara Municipal na Assembleia Geral da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M., Unipessoal, Lda.;
 - y) A Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho para representar a Câmara Municipal na Assembleia Geral da SIMARSUL – Sistema Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A. e a Dra. Maria Teresa de Sousa Palaio e Santos Pereira, Diretora do Departamento de Ambiente e Gestão Operacional do Território, para a substituir nas suas faltas ou impedimentos;
 - z) A Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho para representar a Câmara Municipal na Assembleia Geral da AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., e o Eng.º João Carlos Alves Faim, Chefe da Divisão de Águas e Resíduos Sólidos Urbanos, para a substituir nas suas faltas ou impedimentos;
 - aa) A Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho para representar a Câmara Municipal na Assembleia Geral da ENA – Agência de Ambiente e Energia da Arrábida;
 - bb) A Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho para representar a Câmara Municipal na Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas, e o Eng.º João Carlos Alves Faim, Chefe da Divisão de Águas e Resíduos Sólidos Urbanos, para a substituir nas suas faltas ou impedimentos;
2. Nos termos do disposto no artº 8º do D.L. 135/2012, de 29 de junho, designar a Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho para representar a Câmara Municipal no Conselho Estratégico do Parque Natural da Arrábida e no Conselho Estratégico da Reserva Natural do Estuário do Sado.
3. Nos termos do art.º 33, da Lei 13/2003, de 21 de maio, e do disposto no n.º 1, do art.º 22.º da Portaria n.º 257/2012 de 27 de agosto, designar a técnica superior da Divisão de Educação e Intervenção Social, Teresa Maria Castela Sousa, para representar a Câmara Municipal no Núcleo Local de Inserção de Palmela, sendo substituída nas suas faltas ou

impedimentos pela Dra. Maria da Conceição Sousa Machado, técnica superior da Divisão de Educação e Intervenção Social.

4. Nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 2.º do Decreto-lei n.º 332-B/2000, de 30 de dezembro, em articulação com a Lei n.º 149/99, de 1 de setembro, designar a Dra. Alexandra Maria Abóbora da Silva, técnica superior da Divisão de Educação e Intervenção Social, para representar a Câmara Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela.
5. Nos termos do disposto no nº 2 ao artº 12º e no nº 3 do artº. 14, do D.L. 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo D.L. 137/2012, de 2 de julho, designar os representantes nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e das Escolas Secundárias com 3º Ciclo, a seguir indicados:
 - a) Agrupamento de Escolas José Saramago
Efetivos: Dra. Fernanda Maria Pereira Rôlo, Chefe da Divisão de Educação e Intervenção Social, Dra. Idalina Manuela Tavares Polido e Dr. José Manuel Beira Ratinho, técnicos superiores da Divisão de Educação e Intervenção Social
Suplentes: Dra. Helena Isabel de Oliveira Carvalho Carrilho Guedes, e Dra. Maria José Travanca Silva, técnicas superiores da Divisão de Educação e Intervenção Social
 - b) Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos
Efetivos: Dra. Fernanda Maria Pereira Rôlo, Chefe da Divisão de Educação e Intervenção Social, Dra. Idalina Manuela Tavares Polido, técnica superior da Divisão de Educação e Intervenção Social
Suplentes: Dra. Helena Isabel de Oliveira Carvalho Carrilho Guedes e o Dr. José Manuel Beira Ratinho, técnicos superiores da Divisão de Educação e Intervenção Social.
 - c) Agrupamento de Escolas de Palmela
Efetivos: Dra. Helena Isabel de Oliveira Carvalho Carrilho Guedes e o Dr. José Manuel Beira Ratinho, técnicos superiores da Divisão de Educação e Intervenção Social.
Suplentes: Dra. Fernanda Maria Pereira Rôlo, Chefe da Divisão de Educação e Intervenção Social e a Dra. Ana Cristina Aleixo Agostinho, técnica superior da Divisão de Educação e Intervenção Social
 - d) Escola Secundária de Palmela
Efetivos: Sr. Vice-Presidente Adilo Oliveira Costa e Dra. Maria José Travanca Silva, técnica superior da Divisão de Educação e Intervenção Social.
Suplentes: Dra. Fernanda Maria Pereira Rôlo, Chefe da Divisão de Educação e Intervenção Social e, Dra. Idalina Manuela Tavares Polido, técnica superior da Divisão de Educação e Intervenção Social.
 - e) Escola Secundária de Pinhal Novo
Efetivo: Sr. Vice-Presidente Adilo Oliveira Costa
Suplentes: Dra. Helena Isabel de Oliveira Carvalho Carrilho Guedes e Dra. Maria José Travanca, técnicas superiores da Divisão de Educação e Intervenção Social.»

Sobre a proposta de Representação Institucional numerada GAP 02_21-17 intervêm:

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que concorda com tudo, mas que no que diz respeito à Agência de Energia e Ambiente da Arrábida podia haver abertura para um substituto quando a **Sr.ª Vereadora Fernanda Pésinho** não tivesse disponibilidade.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que à semelhança do que aconteceu no mandato anterior, irá se abster, uma vez que isto é, no fundo, a adequação dos pelouros de cada vereador às competências que são adstritas e às várias entidades que é necessário ter representação.

O **Sr. Presidente** refere que a questão da Agência de Energia é uma questão nominal e que não está previsto substituto.

Acrescenta que já teve a oportunidade de informar o Sr. Vereador que todas as questões de eficiência energética lhe serão cabalmente transmitidas. A Sr.ª Vereadora tem mandato por mais um ano, portanto foi eleita presidente. É uma agência do Ambiente, que tem também outras questões mais vastas como por exemplo, os óleos alimentares, tem questões relacionadas com alterações climáticas na parte do parque e, portanto, a informação será partilhada e as competências serão executadas, sem quaisquer conflitos de tutelas ou de vereações.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Preço de venda de publicação «A PIDE em Pinhal Novo – Para que a memória não esmoreça» - Ratificação.

PROPOSTA N.º DCDJ 01_21-17:

«A Câmara Municipal, no cumprimento das competências que a lei lhe confere no plano da divulgação da história, tem vindo a editar diversas publicações quer autonomamente, quer em coedição. Os preços de venda ao público têm tido por base o custo de produção, com reduzida ou nenhuma margem de lucro para a autarquia, assumindo-se a função social da atividade editorial.

No âmbito da exposição e apresentação do livro «A PIDE em Pinhal Novo – Para que a memória não esmoreça», que decorreu no dia 5 de novembro de 2017, no Auditório da Biblioteca Municipal de Pinhal Novo, a qual atualiza e aprofunda a investigação em História sobre factos

ocorridos naquela Vila no Concelho de Palmela, foi estabelecido preço de venda da referida publicação por despacho do Sr. Presidente da Câmara, no dia 2 de novembro de 2017.

Assim, **propõe-se** a ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara, que determina o valor de 10,00 € (dez euros) IVA incluído à taxa legal em vigor, para venda da referida publicação, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

GABINETE DE RECUPERAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Concessão de apoio financeiro nos termos do Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação - FIMOC.

Requerente: Ana Margarida Alves Pinhão. Processo FIMOC-2303/2017. Local: Rua Hermenegildo Capelo, n.º 163-165, em Palmela. Requerimento n.º 1362/2017.

PROPOSTA N.º GRCH 01_21-17:

«Através do requerimento em epígrafe, é solicitado apoio financeiro para realização de obras de conservação na fachada, que de forma resumida se reportam à remoção de rebocos soltos, lavagem, preparação da superfície e pintura, do edifício sito na Rua Hermenegildo Capelo n.º163-165, em Palmela, descrito na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o n.º 9690/20011127 da freguesia de Palmela, e da inscrição na matriz urbana da freguesia de Palmela, sob o artigo 48, propriedade da requerente.

O prédio em causa, que se localiza na Área de Intervenção do Gabinete do Centro Histórico da Vila de Palmela, foi construído antes da entrada em vigor do Regulamento Geral da Edificação e Urbanização (DL n.º 38382 de 07 de Agosto de 1951), pelo que reúne condições para merecer apoio financeiro, nos termos do n.º1, do art.º 3.º, do Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação, doravante apenas designado por Regulamento do FIMOC.

Conforme o determinado no artigo 5.º, do regulamento municipal antes invocado, as obras de conservação na fachada de edifícios que confrontem diretamente com o espaço público, constituem-se ações e trabalhos elegíveis nos termos da concessão do apoio financeiro previsto no Programa de Financiamento de Obras de Conservação-FIMOC.

Nos termos do pedido de financiamento e comparticipação, formulado no requerimento n.º 1362/2017, e instruído com os elementos determinados no art.º 11.º, do Regulamento do

FIMOC, foi apresentado, após notificação da interessada para efeitos de retificação/correção de valores, um orçamento que, correspondendo às intervenções/trabalhos a realizar, apresenta o seguinte valor total:

- 6.238,09 € (seis mil, duzentos e trinta e oito euros e nove cêntimos) – IVA incluído (23%)

Nos termos do n.º 5 do artigo 8.º do Regulamento do FIMOC e considerando o valor do orçamento sujeito a apreciação camarária cujo qual se cifrou em 6.238,09€, o apoio financeiro a conceder correspondente a 50% do orçamento apresentado, resulta num montante 3.119,05€ (três mil, cento e dezanove euros, e cinco cêntimos) - IVA incluído.

Face ao exposto, ao abrigo do disposto na Lei n.º 75/2013, de 12/09, que procedeu à revogação da Lei n.º 159/99, de 14/09 e à alteração parcial da Lei n.º 169/99, de 18/07, conjugado com o expresso nos termos do n.º1 do artigo 4.º do Regulamento do FIMOC, aprovado em reunião pública da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, **propõe-se** a aprovação do apoio financeiro solicitado, correspondente ao valor indicado de 3.119,05 € (três mil, cento e dezanove euros, e cinco cêntimos) - IVA incluído, e que o mesmo seja concedido a Ana Margarida Alves Pinhão, mediante o cumprimento dos procedimentos determinados nos n.ºs. 3 e 4, do artigo 10.º, do regulamento e programa antes invocados, ou seja no final da obra e perante a apresentação de cópia das faturas discriminadas dos trabalhos realizados.

Em anexo e sendo parte integrante desta proposta, constam planta de localização, bem como, mapa de trabalhos, orçamento, tabela de preço dos materiais a aplicar em obra, contabilização das áreas consideradas para os trabalhos e caderneta predial urbana.»

Sobre a proposta de Concessão de apoio financeiro nos termos do Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação numerada GRCH 01_21-17 intervêm:

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** coloca as seguintes questões:

- Sendo este um programa de financiamento e de incentivo à conservação e recuperação de imóveis do centro histórico, qual tem sido o índice de pedidos de candidatura a este tipo de apoio?
- Se têm vindo a crescer, uma vez até que a economia está a retomar, gradualmente.
- E se não tem vindo a crescer, se calhar, poderá passar por uma maior disseminação deste apoio perante a população.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que este pedido é o primeiro este ano, onde existe registado no gabinete do centro histórico um grande número de atendimentos (e se calhar derivado a alguma dinamização da economia e, portanto, do conforto dos orçamentos

familiares) para saber como é que se desenvolvem e qual é a instrução que têm que apresentar para obter este financiamento.

Informa que já vão em 48.620,00€ os apoios dados em rede de Câmara Municipal, no total do programa.

Acrescenta, que está já programado uma nova campanha de sensibilização e de divulgação destas medidas de incentivo a par de outras que existem no centro histórico, relativamente à redução dos IMI e à reabilitação urbana.

O **Sr. Presidente** refere que os proprietários do centro histórico sabem da existência do programa. Alguns não têm feito obras que se enquadrem nesta verba, no regulamento.

O município irá aprovar uma ORU, com um conjunto de outros incentivos, que ainda serão trazidos à câmara. Recorda que o IFRRU tornou público também o período de candidaturas e que há hoje mecanismos de co-financiamento muito bonificado que permite a realização de pequenas obras. É um programa nacional, pelo que será divulgado a todos os proprietários. É um programa nacional, não é nenhum Governo, não é nenhuma força política, é um mecanismo para que as pessoas aproveitem a oportunidade. Tem havido procura, tem havido mais gente a ser atendida no centro histórico, com interesse em reabilitar o edificado.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E GESTÃO OPERACIONAL DO TERRITÓRIO

DIVISÃO DE ÁGUAS E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Ciclo anual de revisão tarifária 2018 – Serviços de Águas e de Resíduos.

PROPOSTA N.º DAGOT_DARSU 01_21-17:

«Compete ao município atualizar, anualmente, as tarifas referentes aos serviços de água, saneamento e resíduos. Esta é, precisamente, uma competência que o Câmara tem advogado dever estar reservada à esfera municipal, na medida em que as políticas tarifárias constituem importantes instrumentos de gestão, com forte impacto no orçamento do município, mas também na sustentabilidade ambiental e acessibilidade ao serviço.

Assim, sem deixar de aplicar a estrutura tarifária já em vigor, a qual decorre, por força de lei, das imposições da ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, o município não abdica de contribuir para que estes serviços públicos essenciais sejam de acesso universal.

É objetivo do município gerir os serviços de água, saneamento e resíduos com eficiência, de forma a garantir a sua permanente qualificação e expansão; mas é também seu objetivo garantir o acesso físico e financeiro aos mesmos, como cumpre ao serviço público.

A presente proposta reflete, assim, uma visão que enquadra a política tarifária como instrumento de financiamento do investimento municipal e do serviço público de qualidade; como instrumento de promoção da sustentabilidade ambiental; mas num quadro de responsabilidade social.

Deste modo, a proposta que se propõe aprovar mantém a estrutura tarifária e limita-se a aplicar pequenos ajustamentos tarifários e a taxa de inflação, não fazendo ainda repercutir integralmente os custos dos sistemas no preço a pagar pelos utilizadores e pelas utilizadoras, na medida em que, num território com as características do de Palmela, essa repercussão resultaria num grande esforço para a economia das famílias, das empresas e demais entidades utilizadoras do serviço.

Em concreto e relativamente a 2017, destaca-se como mais significativo:

- A não atualização da tarifa para o 1º escalão do consumo de água;
- Para o caso dos/as utilizadores/as abrangidos/as pela tarifa social, o alargamento da amplitude do primeiro escalão para os 15 metros cúbicos, mantendo-se a isenção das tarifas de disponibilidade (tarifas fixas);
- Para os/as utilizadores/as não – domésticos/as, a aproximação do coeficiente de afluência à rede de drenagem de águas residuais do consumo de água. Ou seja, para efeitos de cálculo da referida tarifa variável passa a considerar-se 75% do consumo de água, em vez do coeficiente de 70% de afluência que se verifica atualmente (para os/as utilizadores/as domésticos/as mantém-se o coeficiente de afluência de 70%). De sublinhar que esta aproximação fica ainda aquém do recomendado pela ERSAR, nomeadamente na recomendação tarifária IRAR 01/2009, a qual aponta um coeficiente de afluência de referencia de âmbito nacional de 90%;
- Atualizar a tarifa “Remoção de resíduos em grandes produtores sem aluguer de contentores” ao valor da tarifa “Recolha por unidade de recolha de contentor sem ligação ao sistema de abastecimento de água ou com recolha específica”, por se tratar de serviços análogos, e no atual tarifário apresentarem valores distintos;
- Atualizar a tarifa “Remoção de resíduos em grandes produtores com aluguer de contentores” a qual deverá assumir 18,38 €, equivalendo à soma dos dois serviços (aluguer e remoção);

Assim, **propõe-se** que integrem a tabela de tarifas do município de Palmela para 2018 as seguintes tarifas:

PARA OS UTILIZADORES/AS DOMÉSTICOS/AS

Tarifa Variável (euro por m³ e por período de 30 dias)

Escalões		Água (€/m³)	ARD €/m³	RU €/m³
Agregado familiar até 4 elementos	Agregado familiar com 5 ou mais elementos			
até 5 m³	até 6 m³	0,4157	0,4520	0,3874
> 5 até 15 m³	> 6 até 18 m³	0,6667		
> 15 até 25 m³	> 18 até 30 m³	1,2806		
> 25 m³	> 30 m³	2,3350		

Tarifa de Disponibilidade (Fixa) (euro por período de 30 dias)

Água (Diâmetro do contador até 25mm) (€)	ARD (Diâmetro do contador até 25mm) (€)	RU (€)
1,9004	2,0009	1,4765

Nota: Para DN >25 mm aplica-se o valor da tarifa fixa dos utilizadores não domésticos

Tarifário Social (euro por período de 30 dias)

Isenção das tarifas de disponibilidade (Água, ARD, RU) Alargamento do 1º escalão até 15m³ da tarifa variável (água)
--

PARA UTILIZADORES/AS NÃO-DOMÉSTICOS/AS

Tarifa Variável (euro por m³ de água consumida e por período de 30 dias)

Escalão	Água €/m³	ARD €/m³	RU €/m³
Único	1,2806	1,2184	1,1604

Tarifa de Disponibilidade (Fixa) (euro por período de 30 dias)

Água		ARD		RU
Diâmetro do contador	(€)	Diâmetro do contador	(€)	(€)
Até DN 20 mm	2,4489	Até DN 25 mm	3,4327	2,5854

> 20 e até 30 mm	4,3403	> 25 e até 50 mm	10,2852	
> 30 e até 50 mm	10,8197			
> 50 e até 100 mm	38,3317	> 50 mm	76,4441	
>100 e até 300 mm	76,4572			
> 300 mm	101,5286			

Tarifário Social (euro por período de 30 dias)

(ERUPs / Coletividades, IPSSs, ONGs ...)

Aplicação da Tarifa de Disponibilidade dos/as utilizadores/as domésticos/as
Aplicação da Tarifa Variável do 2º escalão dos/as utilizadores/as domésticos/as

OUTRAS TARIFAS DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS E RESÍDUOS URBANOS

Utilizadores/as Domésticos/as não ligados à rede de Águas de Abastecimento	Tarifa única (inclui ARDom + RSU)= 11,4333 € / 30 dias Tarifa única (inclui RSU)= 5,7165 €/30 dias	
Utilizadores/as Não-domésticos/as não ligados à Rede de Águas de Abastecimento ou com caudal de rejeição adicional, proveniente de captação própria	Sem ligação à rede de águas de abastecimento	a) Tarifa variável = 1,1604 € / m³ rejeitado
		b) Tarifa fixa = 87,0376 € / 30 dias
	Com ligação à rede de águas de abastecimento	Isento do pagamento das tarifas variáveis e fixas correspondentes ao diâmetro do contador instalado, aplicando-se as tarifas a) e b) supra

TAXAS A REPORTAR À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (POR M³ DE ÁGUA CONSUMIDA)

Taxa de Recursos Hídricos relativo ao abastecimento (TRH)(AA) (nos termos do Decreto Lei nº 97/2008, de 11 de Junho)	0,0175 €
Taxa de Recursos Hídricos relativo ao saneamento (TRH)(AR) (nos termos do Decreto Lei nº 97/2008, de 11 de Junho)	0,0122 €
Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) (nos termos do Decreto Lei nº 178/2006, de 05 de Setembro)	0,0646 €

Nota: Estes valores são entregues na íntegra à Administração Central

SERVIÇOS AUXILIARES

Tarifa de Corte/ Deslocação	17,25 €
Tarifa de Religação	17,25 €
Leitura/Verificação a pedido do/a utilizador/a	34,61 €

Aferição de contadores DN até 25 mm (inclui deslocação)	71,20 €
Aferição de contadores DN > 25 mm	Mediante orçamento
Reparação/substituição do contador (por causas imputáveis ao consumidor)	76,81 €
Vistoria técnica	41,50 €
Mudança de local de contador	Mediante orçamento
Manobras na rede pública de abastecimento (interligação à rede pública)	80,74 €
Abertura /Fecho de válvulas de ramal (2 deslocações)	46,17 €
Ramal domiciliário de água por motivos imputáveis ao utilizador/a	Até 1" - 434,36 €
	1" ¼ a 2 - 500,39€
	> 2" – Mediante orçamento
Ramal ao sistema público para efeitos de obra	Até 1" - 286,21 €
	> 1" - 480,77 €
Ramal temporário até 1" (festas, feiras e outros eventos de curta duração)	312,07 €
Prolongamento da rede de abastecimento (> 20 metros) (por m.l. ou fração)	63,85 €
Reparações diversas (substituição ou reparação de torneira de segurança e válvula de corte) por motivos imputáveis ao utilizador/a	40,67 €
Colocação de válvulas de retenção até 1" 1/2	43,63 €
Colocação de válvulas de retenção em ramais DN iguais ou superiores a 2"	Mediante orçamento
Reparação de roturas provocadas por terceiros	Mediante orçamento
Informação de cadastro e/ou medição de pressão	46,35 €/por pedido e local
Declarações de furo e de inexistência de infraestruturas	11,75 €
Acompanhamento de trabalhos no subsolo (por dia ou fração)	61,21 €
Ramal de esgoto por motivos imputáveis ao utilizador/a ou a terceiros	Mediante orçamento
Prolongamento da rede de drenagem (> 20 metros) (por m.l. ou fração)	77,34 €
Remoção de resíduos sem aluguer de contentor de 800 litros nas	8,01 €

unidades económicas ou em grandes produtores (sem ligação ao Sistema Municipal de Abastecimento de Água ou com recolha específica de RSU)	
Remoção de resíduos com aluguer de contentor de 800 litros nas unidades económicas ou em grandes produtores (sem ligação ao Sistema Municipal de Abastecimento de Água ou com recolha específica de RSU)	18,38 €
Aluguer de contentor de RSU, de 800 l em polietileno (dia ou fração)	10,37 €
Encargos com notificação	3,23 €

Aos valores apresentados acresce IVA à taxa legal em vigor, exceto nas tarifas referentes a Águas Residuais e Resíduos Sólidos.

A presente proposta é apresentada autónoma e antecipadamente à tabela geral de tarifas do município, que integrará, por ser necessário submete-la de imediato à ERSAR, de modo a que a sua aplicação tenha efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018.

Assim, em observância do disposto no Decreto-lei nº 97/2008, de 11 de junho (Regime Económico e Financeiro dos Recursos Hídricos); no Decreto-lei nº 178/2006, de 5 de setembro (Regime Geral da Gestão dos Resíduos); na Lei 12/2014, de 6 de março, que procede à segunda alteração ao Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto; na Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água); na Deliberação nº 928/2014, de 15 de abril (que estabelece disposições aplicáveis à definição, ao cálculo, à revisão e à publicação das tarifas e respetivas obrigações de prestação de informação), no Decreto-Lei 114/2014, de 21 de julho (que estabelece os procedimentos necessários à implementação do sistema de faturação detalhada previsto na Lei 12/2014); bem como nos termos da alínea e) do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** que a Câmara Municipal aprove as tarifas a aplicar aos serviços de águas de abastecimento, águas residuais e resíduos acima descritas.»

Sobre a proposta de Ciclo anual de revisão tarifária 2018 – Serviços de Águas e de Resíduos numerada DAGOT_DARSU 01_21-17 intervêm:

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que as alterações tarifárias decorrem do enquadramento legal nacional e comunitário, inclusivamente as recomendações da ERSAR e quer umas, quer outras, determinam que as tarifas devem refletir o custo do serviço prestado. Isto para, entenda-se, garantir a sustentabilidade financeira do sistema. Contudo, como tem sido apanágio desta autarquia ao longo dos anos, numa clara opção política, conhecedora como é, da realidade socioeconómica do seu território, agentes económicos, associativos e famílias, numa política social discriminar positivamente e, portanto, não fazer refletir esses custos do sistema não penalizando, portanto, mais as famílias. Em resumo, esta é apenas uma

atualização daquilo que é a taxa de inflação previsional, não se aplica no tal 1º escalão das águas de abastecimento por uma medida também de discriminação positiva para estimular os consumos mais eficientes de água, portanto, numa perspectiva ambiental. A autarquia reforçou também o benefício da tarifa social aos utilizadores que dela já gozam; passando, portanto, o 1º escalão dos 5 metros cúbicos para os 15 metros cúbicos e, não cumprindo de imediato a recomendação da ERSAR, como também tem sido apanágio, aumenta-se a taxa de afluência que é recomendado apenas dos 70% para os 75% e apenas para os utilizadores não-domésticos, o das famílias mantém-se. Com esta atualização, Palmela continua a ter as tarifas mais baixas no conjunto da AML, no 1º escalão, para aquilo que é o maior número de consumidores.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que a bancada do PS tem acompanhado esta resistência no distrito e que é uma opção política não só deste município, mas como de outros, em relação à não aplicação do coeficiente de afluência, os 90% que são recomendados. Irão votar favoravelmente a até agradados por algumas medidas de carácter social que foram introduzidas nesta proposta.

No que diz respeito à questão da tarifa mais barata, sempre o consumo médio, mas o consumo médio pode ser desvirtuado por um contrato que consuma imenso e de repente lá ficar a média toda alterada. Era preferível saber quantos contratos têm, os seus consumos situados nestes escalões. Seria mais favorável uma abordagem como a adoptada por municípios vizinhos (Montijo, Moita, Seixal), com um 1º escalão até aos 5 metros cúbicos, mais baixo; em vez depois no 2º escalão já nem todos os consumidores o abrangem, ou seja entre os 5 e os 15 metros cúbicos. O escalão entre os 5 e os 15 metros cúbicos por consumos de aumento já não vão para tanto os que vivam sozinhos, portanto, é um escalão universal; e sendo universal e havendo uma diferença média para os municípios em redor, de 0,05 cêntimos, mas que depois no 2º e só há uma diferença média mais barata, só quando o agregado familiar entra nos 7/ 8 metros cúbicos é que a tarifa começa a ser mais favorável.

Ora, na perspetiva também do Ambiente que é reduzir os consumos de água, seria mais lógico ter a tarifa mais baixa no 1º escalão, podendo depois provocar aumentos um bocadinho mais no 2º tempo; até porque depois com o coeficiente de famílias numerosas isso seria atenuado.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que o preço da água tem que recuperar os custos porque, se o pagamento não for pela água será por outra coisa, por exemplo, pelos impostos municipais. É claro que a recuperação do preço não pode ser feita de uma só vez, porque, de facto, isso ia ter um peso muito grande no bolso das pessoas. E simultaneamente deve haver relativamente à água, uma política em que ninguém deve ser privado do consumo de água potável, seja pelo preço, seja por outras condições. A autarquia tem que criar condições para que isso não aconteça. Tem que haver também, a noção, não só da questão da recuperação dos custos, mas de que o próprio custo da água tem que ter, também a noção da necessidade

do seu consumo sustentável, ainda mais num ano em que o país se encontra em situação de seca severa.

Votará favoravelmente, mas acha que é necessário continuar neste caminho de recuperar paulatinamente o custo que a água tem e com isso, também procurar ter um incentivo cada vez maior ao uso sustentável da água. Perceber também, como está o comportamento dos furos de captação quando se atravessa este fenómeno meteorológico no país. Palmela encontra-se numa península com o nível freático muito elevado, mas o objetivo é que este nível freático se mantenha por longos anos em boas condições, para quem vem a seguir, mas é importante perceber como é que está o comportamento.

Questiona se há algum plano de contingência por parte dos serviços da autarquia e sugere também para que se faça uma campanha de sensibilização, não só para os próprios serviços da autarquia, para que todos procurem usar de uma forma sustentável e eficiente a água, mas também sensibilizar os concidadãos para esse problema e para essa questão do uso sustentável de água e do não desperdício da água.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que no concelho e no país, existe o Banco Alimentar contra a Fome, que as pessoas que têm dificuldades a financeiras, baixos rendimentos, podem recorrer para se alimentar. Naturalmente em relação à água, não existe nada nesse sentido e, por isso questiona se a Câmara poderia pensar na possibilidade, de para quem tenha baixos rendimentos, usufrua isenção de pagamento de taxas de água.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que relativamente às questões levantadas pelo Sr. Vereador Pedro Taleço, a comparação tem que ser feita, (para ser igualitária) no respeito pelo princípio de igualdade, perante um mesmo circunstancialismo e, portanto, não se pode comparar por tarifa ou por escalão isolado. A comparação é feita em termos de consumo, para 10 metros cúbicos de consumo e mensalmente.

Quanto às preocupações a nível do tarifário social, responde dizendo que não são de hoje, ou desta proposta, pois tem sido ao longo desta data, em reunião de câmara aprovados tarifários sociais. Desde que Governo PS (criou esta figura da ERSAR) tem visto esta entidade reforçados os seus poderes, “destruiu aquilo que é a prática desta autarquia, e de outras autarquias, relativamente à discriminação positiva, no que diz respeito à tarifa social e à tarifa específica para as famílias numerosas”. A título de exemplo, relativamente às famílias numerosas, agora existe um teto: chega até ao 5º elemento e já não há qualquer redução. Aquilo que era a estrutura tarifária aplicada pela Câmara Municipal antes de 2015 ou até 2015, livre daquelas que são agora as competências e ainda no uso da autonomia do poder local, tinha uma tarifa que, à medida que o número do agregado familiar aumentava, assim diminuía aquilo que pagava pela sua tarifa variável. Agora, os utilizadores são domésticos ou não-domésticos e todos pagam igual.

Esta autarquia tinha a figura das entidades comerciais, portanto, o comércio e a indústria, atividades que geram lucros e podiam pagar o que consumiam, por um lado, e por outro tinha as entidades como IP e as associações e aquilo que são as escolas; e essas entidades públicas, ou que prestam um relevante trabalho para a comunidade tinham reduções na tarifa variável de 50% por cento. Com o reforço dos poderes da ERSAR, destruindo a estrutura tarifária, e impondo, reduzindo aquilo que é a autonomia do poder local democrático, deixa de permitir reduções na tarifa variável, que é aquela que beneficia as pessoas, que é aquela que se reflecte no consumo. A única isenção que existe é na tarifa fixa.

Em resposta às preocupações do **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** relativamente aos anos de seca, esclarece que os níveis freáticos estão bons, não há nenhuma anomalia. E quanto à sugestão feita, esta já existe; uma vez que já esteve no site aquilo que são as boas práticas para o uso da água, fruto destas calamidades que assolaram o país e que se refletiu até inclusivamente, em medidas também internas naquilo que são os consumos dos próprios edifícios e o consumo do município.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que dá muito jeito a CDU nunca ter governado o país, porque permite fazer política nacional cruzada com a local. Desafia que cada individuo pegue na calculadora e faça as contas ao seu consumo.

Não vê necessidade de ser defensivo perante as sugestões. Reitera que não é deputado à Assembleia da República (pode transmitir, mandar uma carta, fax, email), mas no argumentário prefere estar na zona que diz respeito à Câmara Municipal de Palmela e às decisões que pode tomar e para a qual foi eleitos.

O **Sr. Presidente** refere que estas questões da política da água não se definem a nível local, tem emanção de vários organismos até da União Europeia e os governos, adotaram diretivas, algumas que não era obrigatório adotar, e essas diretivas apontam para a recuperação total dos custos. A nível local é que o governo impede de ir mais longe, têm com as alterações que foram impostas aos municípios em sede de estrutura tarifária, por uma entidade reguladora que usurpou competências que são exclusivas da autarquia.

A ERSAR ameaça com multas de milhares de euros se a autarquia não for ao encontro daquilo que eles dizem. Se a competência por fazer a estrutura tarifária, de definir preços é municipal, como é que pode haver uma entidade, que ninguém elegeu, que impede e que obriga a recuar de um tarifário social que era muito mais generoso para aquilo que eles consideram que é um máximo; de um tarifário que discriminava positivamente associações e instituições sociais e que eles consideram que não é possível sair dali; o mesmo se assiste no caso das famílias numerosas.

Acerca da recuperação total dos custos, esclarece que a câmara está a trabalhar na contabilidade analítica. A informação técnica refere onde é que o maior desvio da recuperação dos custos, se é no saneamento, se é na água, se é nos resíduos.

Numa rede, como a que Palmela tem, com 520 quilómetros de condutas para abastecer 28 mil locais de consumo, não é rentável. Se alguma vez for aplicada essa decisão da ERSAR de pôr os custos todos, o Concelho de Palmela passaria a ter uma das águas mais caras do país.

Explica que aquilo que tem sido feito ainda assim faz com que o município seja, na média de consumo (10 metros cúbicos), dos mais baratos na área metropolitana de Lisboa.

O site da Deco dá o exemplo que, para uma família que tenha consumos de 120 metros cúbicos/ano, Palmela está logo atrás do Seixal e da Moita. E já houve actualizações que ainda não foram vertidas para aí.

A autarquia está a fazer as melhores práticas para defender as famílias, porque relativamente ao comércio e indústria, até seguindo recomendações que são corretas (que têm que arranjar outras fontes onde vão buscar), não pode beneficiar quem consome mais.

O desafio é, de facto, uma questão política nacional, pelo que é necessário rever esta questão da entidade reguladora. As entidades reguladoras afinal estão alinhadas é com a visão da recuperação dos investimentos e a dimensão social é só para as câmaras.

Continua referindo que a tarifa social é precisamente para isso. Antes da entidade reguladora obrigar a fazer uma determinada tarifa social, a que estava a ser praticada na câmara, quase até 2015 era muito mais generosa. A autarquia, neste momento, aplica a lei.

É compreensível que o Governo quando decidiu tarifas sociais para a água e para a electricidade, decidiu bem; mas era para pôr ordem naqueles municípios e naquelas entidades gestoras que não o faziam.

O **Sr. Vereador José Calado** dá o exemplo, de um incidente na zona do Terrim, onde há uma torneira aberta, que as pessoas podem lá buscar água da rede, mas é para aquelas pessoas que têm mobilidade.

O **Sr. Presidente** refere que a autarquia às vezes quase que tem transigido para beneficiar socialmente as pessoas, até em prolongamentos que estão a ser feitos, para zonas que, por lei, não tinham direito à água. Mas o executivo considera que a água é um bem público, universal, tem que ser levado, com esforço das entidades gestoras a muita gente e que também se não houver contrato de água também não há alguma justiça pagamento no dos resíduos e outras coisas.

Convida munícipes que tenham mobilidade reduzida a contactarem a divisão de Educação Intervenção Social para as visitas domiciliárias, que conhece casos desses, e que tem resolvido no âmbito do núcleo local (do RSI e não só) dezenas de situações dessas. O município tem todo o interesse em ajudar essas pessoas dentro daquilo que o regulamento tarifário que a lei permite.

Foi criada a figura do contrato precário, para situações de pessoas que nem sequer conseguem cumprir a justificação das redes que têm (se as redes estão legais, se aquilo está bem feito tecnicamente, etc.).

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Selagem de ascensores - Ratificação.

PROPOSTA N.º DAU 01_21-17:

«Ao abrigo do n.º 1, do art.º 11, conjugado com o disposto no art.º 3 e na subalínea ii) da alínea a) do n.º 1 do art.º 8, do Decreto-lei 320/2002, de 28 de dezembro, compete à Câmara Municipal proceder à selagem das instalações mecânicas de elevação que não ofereçam as necessárias condições de segurança e habilitar a entidade inspetora para o efeito.

Face ao exposto, **propõe-se**, em conformidade com o n.º 3, do art. 35º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ratificação dos despachos exarados pelo Sr. Presidente, em 23.10.2017, relativos à selagem dos ascensores a seguir discriminados, por ausência do cumprimento legal de requerer a respetiva inspeção comprometendo, desta forma, a segurança de pessoas e bens:

Proc.º n.º	Ascensor n.º	Local da instalação
ASC-5937/2014	CMP-15.08/000345	Rua Alexandre O'Neill, n.º 11 em Quinta do Anjo
ASC-1483/10	CMP-15.08/000206	Rua António Botto, n.º 32 em Quinta do Anjo
ASC-1273/10	CMP-15.08/000095	Rua António Gedeão, n.º 34 em Quinta do Anjo
ASC-171/11	CMP-15.08/000223	Praceta Antero de Quental, n.º 6 em Quinta do Anjo
ASC-1489/10	CMP-15.08/000207	Rua António Botto, n.º 28 em Quinta do Anjo
ASC-1216/10	CMP-15.08/000192	Rua Alexandre O'Neill, n.º 9 em Quinta do Anjo
ASC-1544/10	CMP-15.08/000213	Rua António Gedeão, n.º 22 em Quinta do Anjo
ASC-1263/10	CMP-15.08/000198	Rua Alexandre O'Neill, n.º 15 em Quinta do Anjo
ASC-1113/10	CMP-15.08/000082	Rua Agostinho da Silva, n.º 10 em Quinta do Anjo
ASC-95/11	CMP-15.08/000221	Rua António Gedeão, n.º 18 em Quinta do Anjo
ASC- 1464/10	CMP-15.08/000205	Rua António Botto, n.º 4 em Quinta do Anjo.»

Sobre a proposta de Selagem de ascensores – Ratificação numerada DAU 01_21-17 intervém:

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** pede ao Sr. Presidente que permita não ler a nomenclatura e que em Ata seja transcrita integralmente na proposta.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 7 – Eleição do Conselho de Gestão da Palmela Desporto, E.M. – Indicação do sentido de voto do Município.

PROPOSTA N.º DCDJ 02_21-17:

«Determina o artigo 7.º dos Estatutos da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda. que “os mandatos dos titulares dos órgãos da Palmela Desporto têm a duração de quatro anos, sendo coincidentes com os dos titulares dos órgãos autárquicos”.

Iniciado um novo mandato autárquico, no seguimento do ato eleitoral de 1 de outubro passado, torna-se necessário proceder à designação dos membros do Conselho de Gestão para o mandato que agora se inicia.

Sendo competência da Assembleia Geral da empresa municipal a designação dos membros do Conselho de Gestão, compete à Câmara Municipal, no cumprimento dos estatutos da empresa, deliberar sobre o exercício dos direitos societários do representante do Município.

Considerando que:

- a) o atual Conselho de Gestão tem correspondido às orientações que a Câmara Municipal tem determinado para a Palmela Desporto;
- b) o trabalho desenvolvido pelo atual Conselho de Gestão tem contribuído para a revitalização e incremento de novas ações;

Propõe-se, em conformidade com o n.º 5 do artigo 9.º dos Estatutos da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda., que o sentido de voto do representante do Município de Palmela na Assembleia Geral, seja de recondução dos atuais membros do Conselho de Gestão, para o próximo mandato, constituído por José Manuel Duarte Barreto, João Manuel Fernandes Pina e Daniel Jorge Martins Coelho Pó, cujas notas biográficas se anexam.»

**Sobre a proposta de Eleição do Conselho de Gestão da Palmela Desporto, E.M. –
Indicação do sentido de voto do Município numerada DCDJ 02_21-17 intervêm:**

O **Sr. Vereador José Calado** refere que, pela primeira vez, irá votar contra, porque na proposta aparece: "*atual conselho de gestão tem correspondido às orientações que a Câmara Municipal tem determinado hoje (...) o trabalho desenvolvido tem sido de revitalização e incremento das novas acções (...)*" e depois aparece a seguir o currículo dos senhores administradores atuais/gestores. Mas o que deveria constar era o relatório e a documentação do trabalho que tem sido feito ou um relatório financeiro.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que o que é pedido no fundo é um cheque em branco. É dizer que isto correu tudo muito bem, que cumpriram as orientações e que têm contribuído para dita revitalização. Deveria ter sido dada a indicação de quais foram as orientações que foram dadas em cada ano, em cada mandato, para cada área, quer para a área propriamente da gestão financeira, para a gestão do pessoal, para a gestão desportiva, para o incremento do desporto; para depois se perceber se o conselho de administração que cumpriu ou não essas orientações.

E se não cumpriu, pode acontecer, quais as razões porque isso aconteceu: porque ou as orientações não estavam de acordo com a realidade, ou houve alterações na realidade no dia-a-dia da empresa que obstaram se não fosse cumprido.

Depois tem que se fazer outra coisa a seguir que é, explicar o que é que se pretende daqui para a frente. Houve uma mudança de presidente do Conselho de Administração ao longo do mandato, porque o outro anterior presidente quis sair. Há um sem-número de questões que podem justificar algumas situações. Devem-se expor quais as expectativas para o próximo mandato e determinar as orientações que devem ser cumpridas.

Recorda que na campanha eleitoral, propôs que a Palmela desporto fosse extinta, para que a Câmara Municipal passe a gerir diretamente aqueles equipamentos. Não é o que está aqui a ser discutido.

Com base em algumas questões detetadas no relatório de gestão do 1º semestre de 2017, depreende-se que as próprias orientações possam não ter sido cumpridas. Tudo isto são questões que só depois de toda esta análise é que faz sentido, permitir que o Sr. Vereador Luís Miguel Calha, na Assembleia Geral da Palmela Desporto, vote favoravelmente ou não, à continuidade de um determinado de conselho de administração.

Os currículos servem de pouco e só teriam utilidade, se estivesse a ser feita a selecção pela vez. E por isso votará contra a proposta.

O **Sr. Presidente** refere que é errado dizer-se que, neste momento, se tem que fazer relatório de gestão, fazer apreciação, etc. e explicar o que é que se pretende daqui para a frente.

Recorda os senhores vereadores que já estão na câmara há algum tempo, que as orientações estratégicas da Palmela Desporto foram aprovadas em reunião de câmara e elas estão em

vigor. As orientações estratégicas foram aprovadas pela Câmara, apenas com o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro.

O momento de aprovação do plano de trabalho e do orçamento é dentro de semanas. Aí sim virá naturalmente aos órgãos municipais, a aprovação do orçamento e do plano de atividades do conselho de gestão. O que está a ser feito agora, é o habitual. Trata-se de escolher pessoas, com experiência. Há aqui alguma precipitação e apela ao bom senso nesta questão, uma vez que a avaliação será revista numa reunião para esse efeito, e nessa altura, com os dados, será feita ou não a aprovação das contas e do relatório de gestão e daquilo que foi ou não foi adquirido e cumprido e também, em sede própria, e no momento próprio, a aprovação daquilo que está para o próximo ano.

Chama a atenção deste aspeto, para que não sejam confundidas as coisas. No ponto de vista do executivo, este modelo de gestão tem também defendido os interesses da autarquia até do ponto de vista económico; isto não são gestores altamente pagos como noutras empresas municipais. E até a escolha do seu presidente do Conselho de Gestão, na altura da substituição do Dr. Eduardo Pereira, pese embora a haver muita gente no mercado e com experiência, foram sempre seleccionados trabalhadores do quadro. Portanto, também aqui há uma opção de gestão criteriosa, no sentido de rentabilizar os recursos humanos ao serviço de uma empresa que é municipal.

A pessoa, que também não sendo do município, é um prestigiado professor, dinamizador do desporto escolar; pessoa que reflete bem os interesses da comunidade, das instituições das escolas e até tem proposto na Palmela Desporto que haja cada vez mais protocolos com entidades externas, que é a tal visão da comunidade, por parte de uma pessoa que está ligada também ao desporto e que tem méritos nessa área.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que nesta proposta dá indicação de que alguém sabe que isto tem corrido bem e se alguém sabe que tem corrido bem, deve ter alguns relatórios, com certeza. Naturalmente, não custava nada, no lugar de porem o currículo, alguma coisa que dissesse que este conselho de administração tem feito trabalho de mérito na Palmela Desporto.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que, por esse motivo o PS escolheu falar do relatório de contas antes da ordem do dia. Esta indecisão que não é normal, não é fruto também do novo ordenamento em termos do equilíbrio das forças políticas nesta mesa, indicia que no futuro se estudassem outras vias mais rentáveis e mais óbvias, com o único interesse de melhorar.

Estudar não custa, comparar não custa, ter outro modelo só para ver se é melhor ou não também não custa e é um trabalho que devia ser futuramente partilhado.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que haverá tempo para avaliar as contas, para avaliar isso tudo, mas o que está aqui a ser dito é isto correu tudo muito bem. Mas, se daqui a 2 semanas, a maioria da câmara entender que não deve aprovar o relatório de atividades e

relatório de contas; terá aprovado a continuidade das pessoas que fizeram com que aquele relatório de contas e de atividades fosse uma realidade.

O **Sr. Presidente** refere que depois será discutido isso na altura própria. Agora, o que aqui está em causa é um ato que tem que ser tomado nesta altura e que não está dependente dos outros documentos e da outra discussão. Não pode haver um vazio nesta matéria. É necessário ter os órgãos na plenitude das suas funções a funcionar. Relativamente aos outros senhores vereadores, o Sr. Presidente espera que depois perante a análise dos dados, dos objectivos, que possam ponderar que não estão a ser feitas guerrilhas político-partidárias, para que cheguem a um consenso sobre estas matérias.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que em questões de funcionamento a sua bancada vota as causas e as consequências e não as pessoas. O que interessa é o modelo. Quando foi a proposta na outra vereação aquando a discussão do modelo e as contas, a sua bancada absteve-se. Portanto, irão manter, porque não acham que seja um problema de pessoas, é um problema de modelo. O modelo tem que ser discutido no futuro, comparando, enumerando a resposta e a ação da Palmela Desporto.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristovão, Pedro Taleço e Mara Rebelo, e o voto contra dos Srs. Vereadores Paulo Ribeiro e José Calado. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se há Munícipes para intervir neste período.

Sr. Mário Espada

Cumprimenta os presentes.

Refere que quer desejar pessoalmente os votos de um bom mandato a todo o executivo e que traz aqui 3 questões, de forma sucinta, a primeira das quais, porque mais do que falar aqui de histórias da carochinha e falar de outros concelhos como Cascais, como Óbidos, etc., e a questão de termos publicidade nos voos da TAP, acha que é mais importante é falarem de Palmela, o futuro de Palmela e aquilo que Palmela poderá trazer aos munícipes e a toda a população.

A 1.ª questão é direccionada diretamente ao Sr. Presidente, nomeadamente o que é que entende por Poder Local Democrático? Porque veio aqui à primeira cerimónia da Junta em Palmela e foi, também, à de Quinta do Anjo e as pessoas que pertencem ao Partido Comunista entoaram bem alto no final da sua exposição o "Poder Local Democrático". Refere que depois,

quando observa, nomeadamente, a distribuição das vereações fica surpreendido, porque o Sr. Vereador Luís Calha é o campeão da Península, porque tem 10 vereações. O Sr. Vereador Adilo que no currículo não tem nada que se relacione com a educação e têm ali um Sr. Vereador com uma experiência vasta e reconhecida ao nível da educação. Portanto, tem de questionar o que é que é melhor para Palmela. Outro exemplo: *"por amor de Deus, eu reconheço o mérito, não é isso que está em questão,"* agora a nível de educação quando se falou das refeições, o Sr. Vereador mostrou-se muito mais bem esclarecido e conhecedor da causa do que o Sr. Vereador Adilo. Outro exemplo é o senhor José Calado que há imenso tempo está ligado.

O **Sr. Presidente** interrompe para referir ao Sr. Mário Espada que pode fazer os considerandos que entender até um determinado limite, o senhor não tem de, aqui, chamar indiretamente nomes a ninguém. O senhor coloca a questão ao Presidente da Câmara e depois será respondida. O senhor fundamentar é uma coisa, fazer considerações deselegantes é outra. Faça favor de continuar.

O **Sr. Mário Espada** retoma e faz outra consideração, é que o Sr. Vereador José Calado tem uma vasta experiência na área da Proteção Civil e quem ficou com a Proteção Civil foi o Sr. Presidente. Refere que *"ainda ali, na rotunda da Moita, surge a tocar órgão, portanto não tem muito a ver com Proteção Civil."* Portanto, a questão fundamental é esta: o que é que entende por Poder Local Autárquico? E hoje ficou mais evidente essa situação quando se falou das representações. O Sr. Vereador Luís Calha, diz que contou, tem 12 representações, mais 10 vereações, estão presentes perante 9 individualidades. É só isto que questiona, se é isto que é melhor para Palmela.

Segunda questão, refere que até trouxe aqui o documento do Sr. Vereador Adilo quando falou da educação em Palmela, que são uns campeões da educação em Palmela, etc.. A segunda questão tem a ver com um Pelouro que crê que foi transitado para o Sr. Vereador Pedro Taleço, que tem a ver com os parques, portanto os parques infantis, os camaradas do PCP e dos Verdes, em Santa Maria da Feira fizeram uma denúncia sobre o estado dos parques, nomeadamente a sinalização e a questão das vistorias, que é obrigatório pela ASAE.

Refere que, como munícipe há 36 anos, tem algum receio que se isso acontecer, existirão problemas, isto é um alerta e pode dar um exemplo concreto, em Quinta do Anjo há vários parques infantis inclusive em escolas, em que a queda do escorrega dos meninos é em areia, e a lei permite e conhece a lei perfeitamente, permite mas obriga a reposição periódica e não sabe se isso existe nestes cadernos de vistorias que são obrigatórios por lei. Se o Sr. Presidente tiver aí no dossiê, gostaria de ver, ou que lhe transmitisse onde é que poderá consultar. Está aqui a notícia também.

E, por último, refere que já se falou um pouco das refeições, e traz aqui algumas questões mas fundamentalmente e de forma sucinta porque a sessão já vai longa, a Autarquia de Palmela está a incumprir a lei, porque a lei o que prevê é que exista uma refeição de carne e outra de

peixe, a opção pelo vegetariano obrigatório que é o que está a acontecer em Palmela, não pediram autorização a nenhum encarregado de educação, os miúdos não são cobaias. Considera que isto não pode acontecer num estado democrático. E se forem consultar a página do Ministério da Educação, inclusive eles têm um quadro em que sugerem dois ou três dias peixe, dois ou três dias carne, as saladas, o arroz, etc..; porque, os motivos é que depois aqui desvirtuam, é como a questão do governo, quando corre bem, fazem parte do governo, quando não corre bem, já não fazem parte do governo. Aqui é semelhante, e não pode acontecer Sr. Presidente. Se está na lei e foi o PAN que levou à Assembleia da República em julho de 2017, e foi aprovado a opção do vegetariano e não é um dia por mês, é sempre, e as escolas têm autonomia de gestão nesse processo. Está na lei, vai à página da *internet* e as coisas estão lá e o Ministério da Educação complementa isso. E mais, está aqui o documento que é o edital 165/2011, ainda consta o nome da Sra. Presidente Ana Teresa Vicente, e consta aqui na página número 5, a refeição diária, inclui sopa, prato de carne, peixe e, em dias alternados, acompanhamentos básicos. Portanto, vossas excelências incumprem, inclusive aquilo que definem. Para concluir este assunto que pessoalmente o toca, refere que tem 2 filhos pequenos, um deles até é abrangido por esta situação. Conhece relatos dramáticos por parte de crianças e estamos a falar de crianças de três anos de idade, as mais novas têm 3 anos de idade. Se não estão habituados à dieta vegetariana, sabem qual é a consequência disso? Não interessa, é contra a lei. Muito obrigado.

O **Sr. Presidente** pergunta ao público se têm mais questões. Senhoras e senhores munícipes, quem pretende usar da palavra?

Não havendo, O **Sr. Presidente** refere que vai responder às questões propriamente ditas da parte do senhor Mário Espada, que considera ser um conjunto de considerandos com um arrevesado de coisas mal lidas e mal interpretadas por parte de sua Excelência. Não lhe vai dar lições sobre o Poder Local Democrático, porque sobre essa matéria, o senhor que lê bastante, tem muita literatura, pode começar pela Constituição da República Portuguesa e hoje falaram aqui do respeito pelo Poder Local Democrático, quando falaram aqui, por exemplo, da interferência de entidades que não são eleitas por ninguém na gestão das autarquias.

Relativamente à segunda questão, refere que o Sr. Mário Espada até tem dificuldade com a perceção de algumas matérias, porque o Sr. Vereador Luís Calha, não tem 10 vereações, não, tem pelouros. O Sr. Vereador Luís Calha tem 12 representações, na medida em que a generalidade das que existem são do seu pelouro, percebe? Até lhe pode dizer que enquanto Presidente poderia assumir todas, fica a saber.

O Sr. Presidente, refere que: "*posso prosseguir?*". O Sr. Vereador Adilo Calha, registe melhor as coisas, "*perdão*", o Sr. Vereador Adilo Costa não disse que era o campeão da educação. É o campeão dos transportes, e são. Pronto, ouça, senhor Município, relativamente aos parques infantis e às vistorias da ASAE, quer dizer-lhe que os parques são frequentemente vistoriados

por técnicos municipais, pela ASAE também e, no caso das superfícies de impacto, houve, pensa que até julho, sensivelmente, intervenções em várias superfícies de impacto. A generalidade, delas até foram feitas pela Câmara, sendo que outras são feitas pela Junta de Freguesia. Se houver alguma anomalia, os diretores e os coordenadores da escola alertam e intervirão se houver alguma situação menos lícita.

Relativamente às outras considerações de atribuição de pelouros, experiências, etc., etc., refere que o Sr. Mário Espada também desconhece outras experiências que outras pessoas aqui têm, e é da opinião, sabe? Que para se ser deputado da nação não é preciso ser advogado nem professor doutor, qualquer cidadão tem o direito de eleger e de ser eleito, e tem competências, algumas não se provam com o canudo nem com doutoramentos, provam-se sobretudo com ética e com missão de serviço público. Todas as pessoas que aqui estão, se candidataram, é porque consideram que podem trazer algo de positivo à gestão municipal e serviço público. Todas elas são competentes, mas até prova em contrário nenhuma é mais competente que outra, por ter esta ou aquela experiência e pode dizer que, em matéria de Proteção Civil, como Presidente, acompanha a Proteção Civil há muitos mais anos do que qualquer outra pessoa que está nesta mesa. *"É só para o senhor saber, percebe? Porque a Proteção Civil não se cinge à gestão de corpos de bombeiros voluntários, percebe? Os autarcas de freguesia têm responsabilidades na Proteção Civil. Portanto, estas questões aqui de distribuição dos pelouros, é da exclusiva responsabilidade do Presidente da Câmara, que falou com todas as forças políticas em presença e entendeu que a distribuição era aquela que melhor poderia funcionar, que poderia contribuir para o funcionamento regular do Município."*

Sobre incumprimentos de lei, senhor Município, esteja à vontade, processe o Município. Depois responderão.

Refere que chega, isso agora não interessa, isso dos campeões da educação se são campeões, isso não interessa. São questões de somenos importância.

Senhor Município, tem mais alguma questão a apresentar? *"Sabe que o senhor Município não gostou, como, por exemplo, que a minha força política ganhasse as eleições, temos pena. Agora o senhor, pode candidatar-se, e o senhor tem que apresentar as questões de uma forma concreta, séria e cá estarão para responder, de outra forma, é difícil responder-lhe, que não seja neste tom que eu tenho de lhe responder."*

O **Sr. Mário Espada** refere que: *"Como disse e bem, com diversas competências e distintas e (não está a falar ao microfone e não é perceptível o discurso do senhor Mário Espada) dou-lhe um exemplo, senhor Presidente, Seixal sem ter essa prática, a Moita começou essa prática agora, Almada, agora com PS, sabe-se que tentou distribuir pelouros por todos os vereadores."*

O **Sr. Presidente** refere ao Sr. Mário Espada que é a sua opinião eu convida-o a refletir, se calhar sobre o que aconteceu no concelho de Palmela e da forma como as Juntas de Freguesia foram, por exemplo, o que quer dizer é que é essa opção é do Presidente, é da

responsabilidade da maioria que sendo relativa tem o direito de exercer as escolhas, as propostas e distribuir as competências da forma que entende. Refere que o Sr. Vereador Adilo porque acha que é mesmo um campeão, e que não tem medo, quer esclarecer os campeões da educação.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** esclarece que é por uma questão de boa-fé, porque viu que, de facto, no *facebook* essa nota e achou que não é no *facebook* que se deveria responder e que mais dia, menos dia, isto iria acontecer e com a verticalidade que sempre teve com todos, quer dizer que deu uma entrevista, o ano passado, não sabe se bem no ano passado, mas que deu uma entrevista num jornal local em que na entrevista o que disse é que, nos transportes escolares eram campeões, pela simples razão, já não fala nos dois quilómetros, porque lá está aquela discriminação que não vem na lei, para dar o exemplo, mas fala num milhão e noventa e cinco mil euros que gastavam. Não há, e desafia qualquer um, qualquer Município que gaste tanto como a Câmara Municipal de Palmela. Não tem a veleidade de dizer que Palmela era campeã na educação, Palmela pensa, que faz uma boa prestação na educação, Palmela colabora com outros Municípios de todas as cores políticas, quer na Área Metropolitana de Lisboa, quer nas cidades educadoras, nas mais diversas áreas e aprendem uns com os outros. Mas na questão dos transportes escolares, não é o próprio que diz, são eles que dizem, "*Bolas, vocês são campeões!*" Porque se for aqui a Almada, ver quanto é que Almada gasta em transportes escolares, não chega a 100 mil euros, agora vejam, qual é a diferença entre um milhão e noventa e cinco mil e cem mil euros. Tem dito, espera que fiquem esclarecidos.

• **Data da próxima reunião de Câmara ordinária** – O **Sr. Presidente** lembra que a próxima reunião de Câmara ordinária se realiza no dia 22 de novembro, pelas 15.00 horas, nesta mesma sala (Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela)

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas e quarenta e dois minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Pacheco